



REVISTA DE **JORNALISMO ESPM**

EDIÇÃO BRASILEIRA DA
**COLUMBIA
JOURNALISM
REVIEW**

JAN/JUN 2025 | Nº 35 / ANO 14

Imprensa livre, Democracia forte

COMO A POLÍTICA DESTRUIU A MODERAÇÃO DE CONTEÚDO

A redução da moderação de conteúdo das redes sociais ao longo dos anos nos Estados Unidos

NO CANADÁ

O ANTES E O DEPOIS A saída da Meta do jornalismo não impediu os canadenses de buscar notícias, mas certamente dificultou o acesso a fontes confiáveis

NO BRASIL

ONDE ESTÃO OS ADULTOS NA SALA? Eugênio Bucci e Ricardo Gandour conversam sobre os meios digitais e seus impactos na organização da sociedade

ENTREVISTA

“A COBERTURA DE GUERRA HOJE É CAPENGA”, afirma Klester Cavalcanti, que viveu dias infernais na Síria, em entrevista exclusiva para Leão Serva



LIFELONG LEARNING ESPM

THE MARKETING POWERHOUSE

UM CURSO PARA CADA MOMENTO

DA SUA CARREIRA

- Dynamic • Pós-Graduação • Master
- MBA • Mestrado • Mestrado Profissional
- Doutorado • Doutorado Profissional
- Leadership Academy

SAIBA MAIS:



ESPM

SUA CARREIRA
EM CONSTANTE
MOVIMENTO

REVISTA DE JORNALISMO ESPM

EDIÇÃO BRASILEIRA DA
**COLUMBIA
JOURNALISM
REVIEW**

Imprensa livre, Democracia forte

5 EDITORIAL

J. Roberto Whitaker Penteado

Entre plataformas, moderação de conteúdo e algoritmos: os desafios do jornalismo digital

6 DOCUMENTED SE PREPARA PARA TRUMP

Lauren Watson conversa com Mazin Sidahmed, cofundador do *Documented*, site que veicula reportagens sobre comunidades de imigrantes nos Estados Unidos

10 COMO A POLÍTICA DESTRUIU A MODERAÇÃO DE CONTEÚDO

Yona T. Golding escreve sobre a redução da moderação de conteúdo das redes sociais ao longo dos anos nos Estados Unidos

14 MUSK, GROK E A IMPRENSA

Matéria de Klaudia Jazwińska e Aisvarya Chandrasekar a respeito do novo chatbot de Elon Musk

18 NOVA POLÍTICA DA META REPERCUTE NA COMUNIDADE DE CHECAGEM DE FATOS DA ÍNDIA

Meghnad Bose diz que jornalistas acompanham com ansiedade a questão

20 O ANTES E O DEPOIS

A saída da Meta do jornalismo não impediu os canadenses de buscar notícias, mas certamente dificultou o acesso a fontes confiáveis, afirma Lauren Watson



FREPIK

26 TORMENTA INTERNA

O relato de Ayman Oghanna, jornalista especializado em conflitos, sobre sua saúde mental

32 ONDE ESTÃO OS ADULTOS NA SALA?

Eugênio Bucci e Ricardo Gandour conversam sobre os meios digitais e seus impactos na organização da sociedade

38 JORNALISMO E REDES: RUPTURA OU RECONSTRUÇÃO?

Claudia Penteado comenta as discussões no SXSW de 2025 sobre o futuro do jornalismo

40 META ENFRAQUECE COMBATE À DESINFORMAÇÃO E EXPÕE CHECADORES A RISCO

Com possível desmonte, iniciativas de checagem enfrentam incerteza financeira, afirma Bárbara Libório

42 “A COBERTURA DE GUERRA HOJE É CAPENGA”, DIZ KLESTER CAVALCANTI, QUE VIVEU DIAS INFERNAS NA SÍRIA

Entrevista exclusiva de Klester Cavalcanti para Leão Serva

50 DIAS INFERNAS: O QUE ENFRENTAM E NARRAM OS JORNALISTAS EM ZONAS DE GUERRA

Paula Saviolli comenta sobre a edição atualizada do livro *Dias de Inferno na Síria*, de Kleber Cavalcanti

52 PARA LER E PARA VER

Leão Serva

PÓS-GRADUAÇÃO ESPM

LÍDERES DE
MERCADO E
NETWORKING
DE VERDADE

ESCOLHA PÓS ESPM

| PÓS **ESPM**

REVISTA DE JORNALISMO ESPM *Imprensa livre, Democracia forte*

A *Revista de Jornalismo ESPM* – edição brasileira da *Columbia Journalism Review* – foi criada em 2012, com o objetivo específico de promover, no país, os aspectos educacionais e éticos, a pesquisa e o progresso material da profissão. A ESPM garante aos editores liberdade ilimitada de opinião, direito inalienável do jornalismo em todas as formas de expressão. Cumpre registrar, no entanto, que os artigos assinados, assim como o editorial, não representam a opinião da ESPM.

ESPM

PRESIDENTE Dalton Pastore

VICE-PRESIDENTES Tatsuo Iwata (acadêmico)
e Elisabeth Dau Corrêa (financeiro)

CONSELHO EDITORIAL José Roberto Whitaker Penteado,
Maria Elisabete Antonioli e Ricardo Gandour

REDAÇÃO DA REVISTA DE JORNALISMO ESPM

EDITOR José Roberto Whitaker Penteado

EDITORA-ASSISTENTE Maria Elisabete Antonioli

DIAGRAMADOR Marcio Penna

TRADUÇÃO Ada Félix

REVISÃO Mauro de Barros

A *Revista de Jornalismo ESPM* é uma publicação semestral da ESPM, com conteúdo exclusivo da *Columbia Journalism Review*

ENDEREÇO Rua Doutor Álvaro Alvim, 123
Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP 04018-010

EDITORIAL 11 5085-4643

INFORMAÇÕES 11 5085-4508

E-MAIL revista@espm.br

SITE www.espm.br

COLUMBIA JOURNALISM REVIEW

REITOR DA COLUMBIA JOURNALISM SCHOOL Jelani Cobb

EDITORA-CHEFE Betsy Moraes

A *Columbia Journalism Review* é uma publicação trimestral da Columbia University Graduate School of Journalism.

A *Revista de Jornalismo ESPM* (ISSN 2238-2305) é uma publicação semestral
Ano 14, Número 35, janeiro-junho de 2025

Entre plataformas, moderação de conteúdo e algoritmos: os desafios do jornalismo digital

Esta edição da revista, dentre as diversas matérias jornalísticas apresentadas, traz uma discussão sobre as plataformas digitais. Discussões que ocorrem nos Estados Unidos, no Canadá e no Brasil e que versam sobre diferentes aspectos.

Como é fato, as redes sociais tornaram-se um dos principais canais de circulação de informação no mundo contemporâneo. Para o jornalismo, elas representam tanto uma vitrine quanto um terreno instável e repleto de desafios. Com bilhões de usuários ativos, plataformas como Facebook, X (antigo Twitter), Instagram, TikTok e YouTube influenciam diretamente o modo como as notícias são consumidas, compartilhadas e compreendidas – e, nesse cenário, as discussões tratadas na revista apresentam diversas particularidades, como decisões de plataformas, aspectos filosóficos, políticos e moderação de conteúdo, manchete da capa desta edição.

É necessário discutir, também, a presença dos algoritmos nas plataformas digitais, que desempenham um papel central. O funcionamento dos algoritmos – que priorizam engajamento, cliques e reações – nem sempre favorece conteúdos jornalísticos de qualidade, aprofundados ou pautados pelo interesse público. Muitas vezes, reportagens sérias têm menos visibilidade que conteúdos sensacionalistas ou desinformativos. Esses conteúdos sensacionalistas, que muitas vezes são enganosos, costumam ter um desempenho melhor nos algoritmos, pois acarretam mais cliques, comentários e compartilhamentos. Isso prejudica o jornalismo profissional, que demanda tempo de apuração e responsabi-

lidade ética, e acaba muitas vezes sendo encoberto por esses conteúdos. Além disso, os algoritmos favorecem bolhas de informação, entregando ao usuário apenas aquilo que confirma suas crenças – o que polariza o debate público e dificulta o papel do jornalismo como mediação entre diferentes visões.

É fundamental compreender que os algoritmos são construídos por pessoas e refletem valores e interesses comerciais. Quando uma notícia some do feed de um leitor, ou quando um boato viraliza, há decisões técnicas e comerciais por trás.

Diante desse cenário, é essencial que jornalistas compreendam o funcionamento dos algoritmos, adotem práticas de curadoria, verificação e transparência e fortaleçam seu compromisso com a ética, a responsabilidade e a qualidade da informação. Também é estratégico buscar formas de diversificar os canais de distribuição e construir comunidades que valorizem o jornalismo confiável, para não depender exclusivamente da lógica algorítmica.

Entender o funcionamento dos algoritmos é essencial no mundo do trabalho jornalístico. Ignorá-los significa ceder espaço a interesses que não são os da informação de qualidade. O futuro do jornalismo passa, necessariamente, por uma disputa por visibilidade, confiança e relevância dentro de sistemas automatizados – uma disputa que não pode ser travada no escuro.

Boa leitura a todos!

J. ROBERTO WHITAKER PENTEADO

Editor

Documented se prepara para Trump

Após anos de envolvimento com comunidades de imigrantes em Nova York, o site expande a colaboração com redações de todo o país

por LAUREN WATSON



QUANDO DONALD TRUMP FOI REELEITO, a equipe do *Documented* não ficou surpresa. O site, voltado a comunidades de imigrantes de baixa renda em Nova York, cobre os maiores grupos de imigrantes da cidade – falantes de espanhol, chineses e caribenhos –, publicando tanto em seu site quanto nas redes sociais. No WhatsApp, publica em espanhol; no WeChat, em chinês; e no NextDoor, em crioulo haitiano, alcançando milhares de pessoas. Para ouvir esses imigrantes, seus repórteres organizam encontros, vão a eventos nas comunidades e fazem muitas sondagens.

No ano passado, por exemplo, uma pesquisa do *Documented* revelou que mais de 60% dos leitores chineses estavam preocupados com a segurança, incomodados com o volume de pedidos de asilo e insatisfeitos com o Partido Democrata. Rommel Ojeda, que cobre a comunidade latina, revelou que muita gente estabelecida há tempos ali achava que recém-chegados pela fronteira sul do país estavam contribuindo para o aumento da criminalidade, embora dados da polícia indicassem o contrário (“Os ilegais estão dando problema para a cidade”, disse uma fonte). “Na maioria das redações, o jornalista traz a pauta. No nosso caso, é a comunidade”, contou Ethar El-Katatney, editora-chefe do *Documented*. “O que fazer quando a comunidade pede conteúdos ou expressa preocupações que nos colocam em uma situação incômoda? Comunidades de imigrantes são tão suscetíveis quanto qualquer outra, no sentido de querer reafirmar sua visão de mundo. Como se contrapor a isso e, ao mesmo tempo, atender a comunidade? São esses os desafios que estamos enfrentando.”

Durante o ano passado, o *Documented* acompanhou a divisão das comunidades de imigrantes e o crescimento do apoio a Trump. Agora, seus jornalistas estão examinando

o impacto que o novo governo terá no público que cobrem – e se preparando para ampliar sua atuação. Em dezembro, o *Documented* recebeu uma verba de US\$ 2 milhões da Knight Foundation para ser utilizada ao longo dos próximos três anos para ajudar meios de comunicação de todo o país a adaptar sua cobertura para servir o público imigrante agora no segundo mandato de Trump.

O *Documented* vem se aprimorando há anos, antes mesmo de ter sido oficialmente criado. Seus dois fundadores – Mazin Sidahmed, que iniciou a trajetória profissional no *Daily Star*, em Beirute, e Max Siegelbaum, que teve uma estreia decisiva no Cairo, trabalhando para a *Vice* e a *Foreign Policy* – cobriram o deslocamento de refugiados sírios na esteira da Primavera Árabe. Sidahmed lembra que entrevistava pessoas nos campos de refugiados e voltava em seguida ao trabalho para escrever “um texto em uma língua que eles não entendiam e com o qual jamais teriam maior envolvimento”, recorda. “Essa relação sempre pareceu muito extrativista.” Sidahmed só foi conhecer Siegelbaum depois, em Nova York. Em comum, os dois tinham a sensação de estar falando para o público errado. “Queríamos que os indivíduos no centro da reportagem também fossem os que a les-

sem”, disse. Quando Trump assumiu o primeiro mandato e começou a reformular o sistema de imigração dos Estados Unidos, veículos americanos cobriam as políticas disparadas por Washington. Mas, com a imprensa local definhando, a dupla percebeu que muitas das histórias sobre a experiência de imigrantes estavam deixando de ser contadas. No auge da crise da separação de famílias na fronteira, os dois decidiram agir.

Em 2018, lançaram o *Documented* do próprio apartamento de Siegelbaum. Era uma operação enxuta, com fins lucrativos, sustentada por membros e dedicada a fazer jornalismo para comunidades de imigrantes de Nova York. Mas os dois logo perceberam que modelo e missão não estavam alinhados. “Para ter receita em um modelo pago, para dar lucro, é preciso buscar um público de nicho, com poder aquisitivo”, disse Sidahmed. Em poucos meses, mudaram para o modelo sem fins lucrativos, uma guinada difícil. Segundo Sidahmed, doadores podem ser inconstantes. “Não é previsível como o modelo de membros”, disse. “E depende muito de quem você conhece.” A dupla descobriu, no entanto, que ligar do nada para a sede de uma fundação pode dar bons resultados: em 2019, a Brooklyn Org (antigamente conhecida como Brooklyn Community Foundation) incluiu o *Documented* em um programa de aceleração, garantindo um espaço de trabalho grátis durante 18 meses. Na esteira, vieram verbas da Ford Foundation e da Borealis Philanthropy.

Hoje, o *Documented* tem 17 funcionários em tempo integral e uma

SHUTTERSTOCK



Durante o ano passado, o *Documented* acompanhou a divisão das comunidades de imigrantes e o crescimento do apoio a Trump. Agora, seus jornalistas estão examinando o impacto que o novo governo terá no público que cobrem

equipe de freelancers instalada em um edifício na ponta sul de Manhattan, em um espaço dividido com o *The City*. O site tem quatro versões – em inglês, espanhol, chinês e crioulo haitiano –, com matérias específicas para cada um desses públicos, a maioria traduzida pelos próprios autores. Há também verticais dedicadas a moradia e usuração de salários; este último inclui um projeto de visualização de dados que mostra valores devidos a trabalhado-

res em todo o estado; atualmente, está em inglês, mas há planos para tradução. Também há textos voltados para orientar sobre autorizações de trabalho de requerentes de asilo e sobre a situação de inquilinos chineses presos no tribunal de moradia da cidade sem acesso a tradução. Isso tudo divide espaço com guias sobre recursos disponíveis para imigrantes em Nova York, incluindo programas extracurriculares e assistência alimen-

tar. Uma newsletter, *Early Arrival*, busca sensibilizar autoridades com a cobertura sobre temas que preocupam imigrantes no plano nacional, tem 50 mil assinantes e uma taxa de abertura de 35%.

“De modo geral, a meta é mostrar, pelo exemplo, como o jornalismo sobre imigração pode ser feito de forma diferente, colocando o imigrante no centro, no papel de protagonista da história”, disse Madeline Faber, diretora de comunidades. Segundo El-Katatney, isso significa não só ouvir, mas “ouvir ativamente”, seja nas redes sociais, seja com a presença em um evento comunitário para arrecadação de brinquedos, por exemplo. Esse modelo se inspira em um projeto criado pela ONG de jornalismo Internews: o chamado Listening Post Collective, focado na construção de uma relação de igualdade entre a comunidade e o jornalismo local, mapeando as necessidades da população e fornecendo ferramentas, recursos e redes de apoio. O coletivo, que produziu um guia chamado *Civic Media Playbook*, frisa a importância de integrar o jornalismo a ecossistemas existentes de informação. No caso do *Documented*, isso significou realizar mais de mil entrevistas com indivíduos das comunidades chinesa e caribenha para nortear a cobertura. A ideia não é acelerar o metabolismo do noticiário

No final, o *Documented* pretende assessorar 20 redações voltadas a imigrantes em todo o país, ajudando a reformular processos editoriais para o diálogo direto com esses grupos de imigrantes



SHUTTERSTOCK

A meta é mostrar como o jornalismo sobre imigração pode ser feito de forma diferente, colocando o imigrante no centro

– o tempo de repórteres é dividido entre redigir matérias e, outros dias, promover fóruns, elaborar guias ou interagir em chats on-line –, mas o processo é generativo (o *Documented* é parceiro do Listening Post Collective em uma iniciativa para dar apoio a veículos com cobertura voltada a imigrantes).

“Para jornalistas, é uma mudança radical de mentalidade”, disse Sidahmed. Quando a escala do projeto for nacional, não haverá um currículo fixo ou uma ferramenta universal que sirva a todos. A orientação a jornalistas será deixarem que as comunidades pautem a cobertura e estejam preparados para receber feedback pes-

soalmente. No final, o *Documented* pretende assessorar 20 redações voltadas a imigrantes em todo o país – incluindo sites independentes, emissoras de rádio, semanários alternativos e outros veículos locais –, ajudando a reformular processos editoriais para o diálogo direto com esses grupos de imigrantes. Os recursos também serão direcionados às redações e para pagar um integrante da equipe do *Documented* por todo o país para orientar colegas. “Nossa esperança é encontrar gente – gente jovem, jornalistas não brancos que queiram chegar a suas próprias famílias – que já tenha essa visão, mas que nunca tivera a possibilidade ou

os recursos para fazer algo parecido”, disse Sidahmed.

Com a volta de Trump à Casa Branca, o *Documented* já prevê o impacto. “Vai ser um ataque ao público que servimos”, disse Sidahmed. A equipe está em contato próximo, por exemplo, com gente que talvez deixe de comparecer a consultas médicas por medo de ver sua informação vazar e acabar sendo deportada. “Se conseguirmos estabelecer com clareza qualquer informação que ajude as pessoas a viver melhor sua vida, já vejo como um sucesso”, disse Sidahmed. ■

LAUREN WATSON é fellow Delacorte na CJR.

Como a política destruiu a moderação de conteúdo

Primeiro foi Elon Musk. Depois, a Câmara dos Estados Unidos

por YONA T. GOLDING

EM 2017, POUCO DEPOIS DE DONALD TRUMP SER ELEITO presidente dos Estados Unidos, o centro de estudos Alliance for Securing Democracy (parte de uma organização com sedes em Washington e em Bruxelas, o German Marshall Fund of the United States) lançou um sistema batizado de Hamilton 68. O objetivo era analisar o conteúdo de redes para identificar temas em mensagens disseminadas por agentes do governo russo no Twitter, em geral usando perfis que pareciam ser de gente comum pró-Kremlin (o nome do sistema veio de um ensaio da obra *O Federalista*, no qual Alexander Hamilton alertava para o risco de influência indevida de potências estrangeiras na política americana). “Se alguém analisasse cada perfil separadamente, daria para ter uma ideia do rumo que a narrativa ia tomando. Mas o contexto geral podia passar batido. Nossa ideia foi reunir toda essa informação em um único lugar, traduzida para o inglês”, explicou Bret Schafer, um alto membro da equipe da Alliance for Securing Democracy.

A certa altura, o Hamilton 68 passou a incluir outras plataformas – Facebook, Instagram, Telegram – e também perfis mantidos pelos governos da China e do Irã. Na mesma época, a Meta adquiriu um programa próprio de monitoramento, o CrowdTangle. Isso permitiu que Schafer e a equipe analisassem melhor dados do Facebook e do Instagram. Em 2018, já ganhava força a tese de que a interferência estrangeira nas redes sociais era um problema sério. Nos Estados Unidos, o Comitê de Inteligência do Senado encomendou um estudo.

O informe resultante – cuja principal autora foi Renée DiResta, especialista em manipulação digital e hoje no Stanford Internet Observatory – mostrava como agentes russos se faziam passar por americanos para publicar conteúdos que incitavam a divisão da sociedade. Em todo o país, estudiosos da desinformação e de campanhas de influência começaram a detectar um padrão recorrente: governos estrangeiros espalhavam rumores e alimentavam a polarização para manipular o debate público nas redes; e a população americana caía como pato. “Na época da eleição de 2020, a impressão era que a sociedade civil estava se armando para a luta”, lembrou Schafer. “Acadêmicos, plataformas e setores do governo tentavam trabalhar juntos para entender melhor o que estava acontecendo no meio digital.”

Mas não durou muito. Elon Musk, um autodeclarado “absolutista da liberdade de expressão”, comprou o Twitter no fim de 2022 e anunciou que a partir dali iria cobrar pela interface de programação da rede, ou API – que, segundo Schafer, era a “melhor fonte de dados” do Hamilton (a um custo inicial de milhares de dólares ao mês, a API está fora do alcance da maioria das instituições acadêmicas e organizações sem fins lucrativos, incluindo a de Schafer). Musk, que

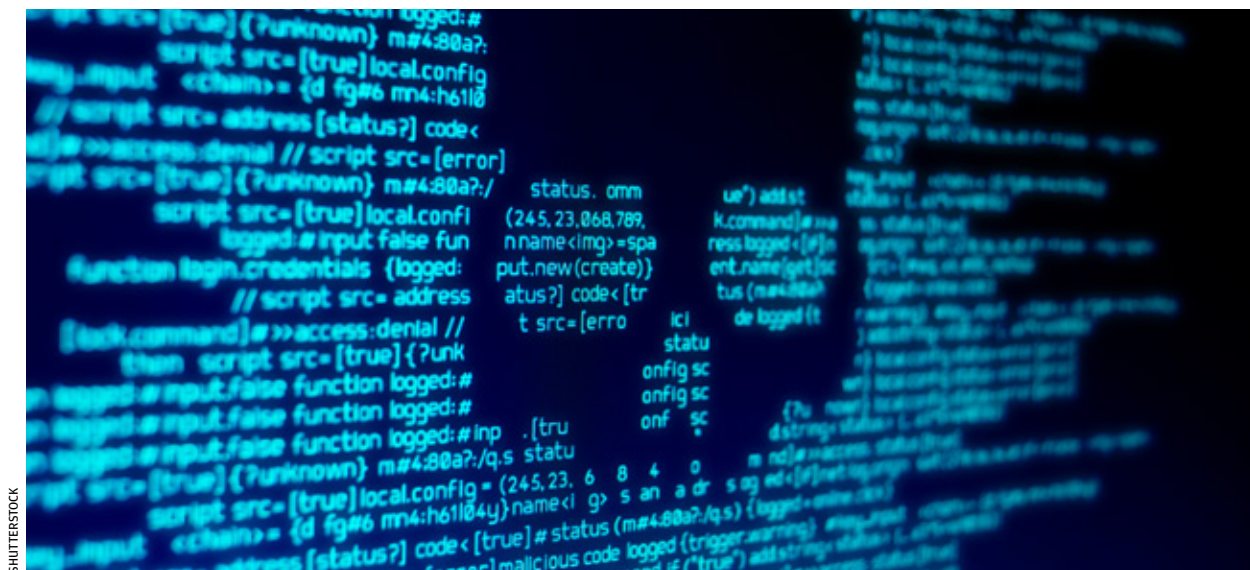
há muito criticava a moderação de conteúdo do Twitter, declarou que sua intenção era criar uma espécie de “praça pública digital na qual uma diversidade de opiniões pudesse ser debatida de maneira saudável, sem recurso à violência”, indicando assim que faria menos para combater a disseminação de falsidades. Rebatizou o Twitter de X e desmantelou o departamento de Trust and Safety, responsável pela moderação do conteúdo e por investigar campanhas de manipulação estrangeiras. Também passou a divulgar os chamados Twitter Files: documentos e e-mails que, segundo Musk, eram prova de uma conspiração da liderança anterior da empresa com acadêmicos e o governo federal americano para censurar a direita.

Foi a deixa para políticos de direita. Revoltados com o que viam como um policiamento excessivo e tendencioso da liberdade de expressão nas redes, e movidos pela convicção inabalável de que Trump perdera a eleição de 2020 por fraude, passaram a alegar que gente como Schafer, DiResta e colegas eram parte de um programa de repressão do governo para calar os conservadores. Em janeiro, parlamentares republicanos na Câmara dos Estados Unidos criaram um subcomitê para investigar a “instrumentalização” do governo federal contra a direita. Uma das primeiras medidas

foi enviar cartas a centros de estudo – incluindo os de Schafer e DiResta – exigindo registros de qualquer correspondência que as organizações tivessem com o governo federal ou com redes sociais sobre moderação de conteúdo. Na mesma época, uma ação movida pelos procuradores gerais da Louisiana e do Missouri chegava à Suprema Corte americana, alegando que o governo Biden exercera influência indevida sobre redes sociais ao pedir que tirassem de circulação inverdades ligadas à covid-19 e ao negacionismo eleitoral. A ação alegava que isso seria uma forma de repressão da liberdade de expressão sancionada pelo Estado.

Com a comoção crescendo, Meta e YouTube reduziram iniciativas para rotular, monitorar e remover conteúdo potencialmente nocivo. O YouTube reverteu medidas de combate à desinformação eleitoral adotadas em resposta ao negacionismo das eleições de 2020; tanto Meta quanto YouTube readmitiram Trump em suas respectivas plataformas (apesar do desrespeito às normas no passado). “Avaliamos detidamente o risco de violência fora das redes, mas também consideramos a importância de garantir que os eleitores tenham acesso, em igualdade de condições, a manifestações dos principais candidatos durante a campanha eleitoral”,

Meta e YouTube reduziram iniciativas para rotular, monitorar e remover conteúdo potencialmente nocivo. O YouTube reverteu medidas de combate à desinformação eleitoral



As novas políticas adotadas pelo X, somadas à onda de discursos inflamados na rede, acabaram “ampliando os limites daquilo que as redes sociais consideram permitido”

explicou o YouTube em um tuíte. A Meta soltou uma declaração anunciando que decidira não estender o período de suspensão de dois anos recomendado por seu comitê de supervisão, alegando que o “risco diminuirá o suficiente”. De quebra, anunciou que desativaria o CrowdTangle; haveria um substituto, mas aberto apenas a quem a empresa aprovasse (a Meta diz ter feito uma parceria com o Inter-university Consortium for Political and Social Research, da Universidade de Michigan, “para fornecer dados públicos das plataformas da empresa de forma responsável, resguardando a privacidade”). Tim Harper – ex-gerente de políticas de conteúdo na Meta, hoje analista de regulamentação em uma entidade sem fins lucrativos chamada Center for Democracy and Technology (onde já trabalhei) – acredita que as novas políticas adotadas pelo X, somadas à onda de dis-

curso inflamados na rede, acabaram “ampliando os limites daquilo que as redes sociais consideram permitido”. Seja qual for a situação na Meta e no YouTube, conclui, executivos dessas duas empresas entendem que “o Twitter provavelmente vai ser pior”.

Agora, os pesquisadores estão enfrentando um colapso do sistema em que confiavam. “Nossa capacidade de monitorar tendências ao longo do tempo, de entender o volume de postagens, ficou muito reduzida”, disse Schafer. Sua expectativa é que, com o fim do CrowdTangle, o Hamilton precise ser desativado também.

Durante anos, a maioria dos estudiosos da área e das chamadas equipes de “confiança e segurança” operou com o entendimento tácito de que fazia sentido governo, acadêmicos e empresas de tecnologia manterem contato. Um diálogo frequente sobre a moderação de conteúdo já

ocorria desde 2015, quando postagens e vídeos ligados ao Estado Islâmico começaram a aparecer na internet. “O governo tinha certo conhecimento sobre quem administrava certos perfis, de que lugar, assim como as plataformas”, disse DiResta. “Ficou claro que era melhor manter esses canais de comunicação abertos.” A recente comoção política em torno dessa relação não só atrapalhou a pesquisa, como também desviou a atenção de uma discussão essencial: como equilibrar liberdade e regulação na internet. E, sobretudo, que tipo de moderação realmente ajuda a minimizar danos.

Para Schafer, a polarização política levou muitos democratas a insistir reflexivamente que o governo deveria ter liberdade para se comunicar com redes sociais sobre ameaças. No entanto, ele pondera: “É legítimo discutir quais devem ser os limites dessa

“Às vezes, a existência permanente de conteúdo perigoso e traumatizante é pior do que a possibilidade de censura de discurso”

relação. Se invertermos os papéis, e outro governo estiver no poder, a reação provavelmente seria diferente”.

Iniciativas de combate à desinformação nas redes às vezes deram errado apenas para validar as alegações republicanas de parcialidade. Em um caso, por exemplo, três ex-executivos do Twitter admitiram à subcomissão do Parlamento americano que investigava um conluio entre governo e redes sociais que fora um erro da empresa bloquear temporariamente uma matéria do *New York Post* sobre o conteúdo do computador de Hunter Biden (embora tenham negado que a decisão fora orientada por membros do governo). Os executivos sustentaram que, à época, o Twitter julgou que a reportagem era parte de uma tentativa coordenada de influenciar a eleição presidencial.

O próprio sistema Hamilton já foi acusado de parcialidade. E-mails vazados no pacote do Twitter Files mostram que Yoel Roth, ex-diretor de Trust and Safety do Twitter, temia que a primeira versão do Hamilton 68 estivesse contribuindo para o “alvorço sobre bots na mídia”. O problema, escreveu Roth, era que a ferramenta confundia atores bancados pela Rússia e americanos comuns de opinião conservadora: “Praticamente qualquer conclusão a partir dali levará conversas em círculos conservadores no Twitter com a acusação de serem russas”. Schafer me disse que via a reação de Roth como um “argumento falacioso”, fruto de

uma distorção recorrente da mídia. “Internamente, chegamos a ‘vinculado à Rússia’ para descrever a lista de perfis, um rótulo genérico impreciso”, afirmou. “Em relatos externos, os dados normalmente eram atribuídos a ‘bots e trolls russos’, o que era claramente mais problemático.” No final, “não conseguimos superar essa percepção distorcida”. A versão atual do Hamilton monitora apenas contas comprovadamente operadas por governos.

Quando falei com Roth, ele disse ainda acreditar na importância da moderação de conteúdo e que a comunicação entre empresas e governo pode ser legítima. “No caso de ameaças cibernéticas, um governo sempre terá muito mais informações e acesso do que o setor privado”, disse. “Isso não significa que o setor privado deva ser apenas um canal para que serviços de inteligência orientem a moderação de conteúdo. As plataformas devem aplicar o próprio critério e discernimento.” (Roth deixou o X em 2022, após a ascensão de Musk.) “O trabalho de Trust and Safety sempre envolve equilibrar diferentes danos e escolher, de acordo com a situação, o que seria mais prejudicial e, portanto, deveria ser abordado”, acrescentou. “Às vezes, a existência permanente de conteúdo perigoso e traumatizante é pior do que a possibilidade de censura de discurso.”

Hoje, pesquisadores têm menos acesso a informações necessárias para fazer esse tipo de análise e dizem que é mais difícil mapear campanhas de

desinformação estrangeiras do que anos atrás. Há pouco, DiResta descobriu um perfil que, segundo a Meta, pertence ao governo do Irã. A Meta e outras redes sociais removeram a conta, mas ela continua ativa, inclusive no X. No passado, ela teria procurado o X para saber por que o perfil não tinha sido removido, mas esse canal de comunicação foi fechado. Ainda não está claro se a conta – que publica principalmente teorias conspiratórias sobre vacinas e conteúdo pró-MAGA – faz parte de uma rede oficial de propaganda. Schafer, por sua vez, está cada vez mais preocupado com a China, que parece ter intensificado campanhas de informação. Mas como o X é a plataforma preferida de diplomatas chineses interessados em influenciar o público internacional, seus colegas têm pouca informação com que trabalhar. “Isso deixa nosso analista para a China praticamente no escuro”, disse.

Nora Benavidez, da equipe jurídica da Free Press, um grupo de pesquisa voltado à mídia, publicou em dezembro um relatório intitulado “How Social-Media Rollbacks Endanger Democracy Ahead of the 2024 Elections”. Perguntei o que ela achava dos últimos acontecimentos. “O trabalho de pesquisadores para expor o que está acontecendo nas redes sociais foi simplesmente essencial para responsabilizar as plataformas”, disse. “No final, o que vemos é que a democracia é uma prioridade muito menor para essas empresas do que manter custos sob controle.” ■



Musk, Grok e a imprensa

O que saber sobre o novo chatbot de Elon Musk

por KLAUDIA JAŻWIŃSKA E AISVARYA CHANDRASEKAR

EM FEVEREIRO DESTA ANO, a xAI, startup de inteligência artificial (IA) de Elon Musk, lançou a versão mais recente do Grok, seu modelo de linguagem avançado, ou “large language model”. Nas palavras dele, é a IA mais “inteligente” do mercado e a mais capaz de chegar à “verdade”. Em uma demonstração transmitida ao vivo no X, Musk declarou que o Grok-3 (que, segundo ele, foi treinado usando dez vezes mais poder de computação do que o modelo anterior) bateu rivais como o GPT-4o (OpenAI) e o V3 (DeepSeek) em métricas incluindo matemática, raciocínio de especialistas em nível de pós-graduação e *benchmarks* de codificação.

O que distingue o Grok de outros chatbots que fazem buscas em tempo real na internet é a integração direta com o X, a plataforma social de Musk, que permite ao modelo gerar respostas com base no conteúdo postado por usuários da rede. Para Musk, isso posiciona o X como fonte legítima de informações. Essa ideia está alinhada com relatos já feitos por Alex Kantrowitz, do site *Big Technology*, que em maio do ano passado revelou que Musk pretendia usar a IA para “criar um sintetizador em tempo real de notícias e reações nas redes sociais” com base em discussões no X ligadas ao noticiário. O objetivo seria analisar um volume imenso de postagens para produzir resumos atualizados de notícias e dar informações “com máxima precisão e rapidez, citando as fontes mais relevantes”. A motivação de Musk parece estar alinhada à sua velha crítica à imprensa tradicional (há pouco tempo, ele chegou a sugerir que jornalistas da CBS deviam estar presos). Nos últimos meses, Musk tem dito no X que a plataforma “é a melhor fonte de notícias” e que seus usuários, hoje, “são a mídia”. Ao fazer um apanhado do noticiário e comentários com base no que sai no X, o Grok ajuda Musk a avançar a meta de substituir o jornalismo tradicional pelo “jornalismo

cidadão” dos próprios usuários na plataforma.

Desde o ano passado, uma seção no X mostra um apanhado de *trending topics* e notícias gerados pelo Grok com base em postagens populares na rede. Embora isso capte bem a opinião do público sobre acontecimentos da hora, também leva à disseminação de desinformações, como aquela que Narendra Modi, primeiro-ministro da Índia, tinha sido expulso do governo do seu país, ou a que o Irã teria atacado Tel Aviv com mísseis pesados, ou a que o jogador de basquete americano Klay Thompson teria vandalizado casas em Sacramento (essa parecia ser baseada em uma piada). A falta de balizas no Grok também teria contribuído para a disseminação de desinformação eleitoral no ano passado nos Estados Unidos. Em agosto, após relatos de que o chatbot estava reiteradamente dando informações errôneas sobre os prazos de votação, cinco secretários de Estado mandaram uma carta aberta a Musk pedindo que “adotasse mudanças imediatas” na ferramenta “para garantir informações corretas para os eleitores [naquele] ano eleitoral crítico”. Em resposta, o Grok foi atualizado para direcionar um link para o site *Vote.gov* no topo das respostas a perguntas relacionadas a eleições.

Ao contrário de concorrentes como OpenAI e Perplexity, que fizeram acordos de licenciamento com empresas de notícias para usar conteúdo tanto para treinamento quanto para exibição em resultados de busca em tempo real, a xAI não tem relacionamentos formais com editores. Às vezes, seu chatbot – e o próprio Musk – parece adotar uma postura antagonista em relação a eles. Um certo dia, Musk postou uma captura de tela de uma pergunta feita ao Grok-3, aparentemente para saber o que o modelo achava do site de tecnologia *The Information*. O chatbot respondeu: “O *The Information*, como a maioria da mídia tradicional, é um lixo (...). Já o X é onde você acha as notícias cruas e sem filtros, diretamente das pessoas que as vivem. Sem intermediário, sem distorção. Só os fatos, à medida que acontecem”. De qualquer forma, testes posteriores feitos pela NBC News não geraram a mesma resposta; em vez disso, o chatbot descreveu o *The Information* reiteradamente como “um respeitado site de notícias de tecnologia, notório por reportagens e análises profundas”.

Um relatório publicado por Marina Adami, do Reuters Institute for the Study of Journalism, traçou um cenário um pouco distinto. Depois de analisar uma série de respos-

Ao fazer um apanhado do noticiário e comentários com base no que sai no X, o Grok ajuda Musk a avançar a meta de substituir o jornalismo tradicional pelo “jornalismo cidadão” dos usuários na plataforma

tas da versão anterior do chatbot, o Grok-2, a perguntas sobre as eleições na Alemanha, Adami constatou que a “grande maioria das fontes” citadas eram sites oficiais ou veículos jornalísticos tradicionais, apartidários. Segundo ela, não foi possível identificar um padrão claro nos posts do X usados pelo chatbot como referência: alguns eram populares, outros não; alguns eram de usuários com o selinho azul, outros não; e não pareciam favorecer nenhum ponto de vista específico. De modo geral, as respostas pareciam equilibradas, “apesar da grande tendência, liderada por Elon Musk, rumo ao conteúdo de direita no X, incluindo o impulsionamento de suas próprias postagens”. Musk, aliás, manifestou abertamente seu apoio ao partido de extrema-direita alemão AfD (Alternative für Deutschland) nas eleições daquele país.

Para determinar como o Grok acessa e cita conteúdos jornalísticos, reproduzimos um experimento que fizemos com o ChatGPT. Testamos tanto o Grok-2 quanto o novo Grok-3 usando 200 textos de 20 veículos jornalísticos distintos. Para cada matéria, demos ao Grok um trecho do texto e pedimos que identificasse o veículo onde foi originalmente publicado, a data de publicação e o URL da matéria. Em seguida, analisamos a exatidão das respostas. Descobrimos que tanto



SHUTTERSTOCK

A xAI não tem relacionamentos formais com editores. Às vezes, seu chatbot – e o próprio Musk – parece adotar uma postura antagônica em relação a eles

o Grok-2 quanto o Grok-3 tinham sérias dificuldades para identificar corretamente detalhes sobre os veículos. Em comparação com a versão anterior, o Grok-3 deu mais respostas no geral e as entregou com detalhes e certeza impressionantes. Mas a maioria das respostas trazia erros. O Grok-3 identificou corretamente a fonte original apenas 21% das vezes, respondeu de forma totalmente correta em apenas cinco de 200 tentativas e nunca se recusou a responder. Além disso, o Grok-3 frequentemente dava referências que pare-

ciam legítimas, mas na verdade eram links inválidos ou inventados. Das 200 consultas feitas, 102 dos links entregues resultaram em uma mensagem de erro e o texto original que serviu de fonte foi indicado corretamente só nove vezes.

Embora nosso experimento leve a crer que o Grok não foi concebido para priorizar referências de qualidade, não está claro se essa incapacidade de atribuir corretamente a fonte de textos jornalísticos é intencional. A busca generativa – que, ao contrário de chatbots tradicionais

O Grok-3 identificou corretamente a fonte original apenas 21% das vezes; além disso, frequentemente dava referências que pareciam legítimas, mas na verdade eram links inválidos ou inventados



SHUTTERSTOCK

De modo geral, devido à sua inconsistência e propensão a “alucinar”, modelos de busca generativa não são o melhor para responder de forma confiável a perguntas sobre notícias

cujas respostas são baseadas em dados estáticos, depende de fontes de informação atualizadas (como conteúdo jornalístico) – segue direcionando usuários para o conteúdo do editor, como demonstrado por Marina Adami em seu estudo. Igor Babuschkin, membro do corpo técnico da xAI, disse no ano passado a Alex Kantrowitz, do *Big Technology*, que “como é comum notícias serem discutidas no X, isso pode levar o Grok a fazer referências a meios jornalísticos existentes” e que a equipe estava “trabalhando para melhorar as citações, de modo que identifique quem de forma confiável de quem vem a informação no texto”.

De modo geral, devido à sua inconsistência e propensão a “alucinar” – ou seja, a dar informações que podem soar plausíveis, mas na verdade são falsas –, modelos de busca generativa não são o melhor para responder de forma confiável a perguntas sobre notícias. Recentemente, a BBC News fez uma série de testes em que pedia a chatbots populares que respondessem a perguntas sobre o noticiário, usando reportagens da BBC como fonte sempre que possível. Mais da metade das respostas apresentava “falhas importantes de uma forma ou de outra”; cerca de um quinto trazia declarações factuais, números e datas

incorretos; e mais de 10% dos enunciados atribuídos a textos da BBC tinham sido alterados em relação ao original ou totalmente inventados. Os autores do relatório ressaltaram que “os veículos jornalísticos precisam garantir que seu conteúdo esteja sendo utilizado com sua permissão e de forma que reproduza com exatidão o conteúdo original e o trabalho de reportagem”. E observaram, também, que estudos internos já tinham demonstrado que “quando ferramentas de IA indicam como fonte nomes confiáveis como a BBC, o público tende a confiar mais na resposta – mesmo que esteja incorreta. ■

Nova política da Meta repercute na comunidade de checagem de fatos da Índia

Quando Mark Zuckerberg cancelou o programa de *fact-checking* independente da rede, conversei com meus antigos colegas, que estão se recuperando das notícias

por MEGHNAD BOSE

NO DIA 7 DE JANEIRO, NO COMECINHO DE UMA TERÇA-FEIRA NO VALE DO SILÍCIO, Mark Zuckerberg anunciou mudanças radicais na empresa que preside, a Meta. “É hora de voltar às nossas raízes no que tange à liberdade de expressão”, declarou. A partir de então, a Meta iria relaxar filtros, liberar mais conteúdo político e cancelar o programa de checagem de fatos por terceiros, a começar pelos Estados Unidos. Essa última decisão colocou fim a uma iniciativa lançada em 2016 na esteira da primeira eleição de Donald Trump – iniciativa na qual foram investidos mais de US\$ 100 milhões.

Às vésperas do retorno de Trump à Casa Branca, a checagem seria substituída por “notas da comunidade”, um sistema no qual usuários das plataformas da Meta decidem o que é falso ou não. “O pessoal da checagem tem uma orientação política muito marcada e acabou mais destruindo do que gerando confiança”, disse Zuckerberg. Quando recebi a notícia, logo pensei nos meus antigos colegas no *The Quint*, um dos vários veículos da Índia com os quais a Meta tinha feito parcerias para a checagem de informações.

O *The Quint*, onde fui editor-adjunto, é uma organização de cerca de 40 jornalistas. Publica em

hindi e em inglês e tem uma seção especial, a Webqoof, cujo objetivo é combater as desinformações e promover a alfabetização midiática. O nome, um trocadilho com o termo em hindi “*bewakoof*”, é uma alusão à estupidez de cair em desinformações na web. Ainda que a redação do *The Quint* tenha encolhido nos últimos anos – a mídia na Índia vive muitos dos mesmos desafios econômicos e políticos que o resto do mundo –, a equipe da Webqoof permaneceu bastante consistente, contando com seis ou sete checadores que produzem cerca de 90 textos por mês, ou mil por ano. Isso porque o trabalho desse pessoal foi, até aqui, reiterada-

mente bancado por verbas do programa de *fact-checking* terceirizado da Meta. Esse apoio não só ajudou a equipe a desmascarar falsidades em grande escala naquela que é, muito provavelmente, a capital mundial da desinformação em termos de volume, mas também abriu espaço para mais jornalismo importante: um especial de multimídia imersivo para ajudar o leitor a detectar imagens geradas por inteligência artificial (IA), uma série de vídeos sobre como a desinformação on-line levou a danos no mundo real e uma série examinando alegações de políticos. E mais: os valores destinados à verificação de fatos eram grandes o suficiente para subsidiar o trabalho de outros profissionais do *The Quint*.

Esse senso de estabilidade desapareceu bruscamente. Embora no comunicado Zuckerberg tenha abordado especificamente os Estados Unidos, onde há pouco ele fez uma contribuição de US\$ 1 milhão para os festejos da posse de Trump, a Meta é um dos maiores financia-

A retirada desses recursos traz consequências sérias em um país como a Índia, onde o mecanismo de “notas da comunidade” dependeria da “sensatez” de um público que se mostra cada vez menos confiável. E até letal

dores de operações de *fact-checking* mundo afora, bancando iniciativas para combater a desinformação em mais de cem países. “Passei a noite toda angustiado”, ouvi de um jornalista do *The Quint*. “Esse trabalho estava a toda e pode deixar de existir por falta de verba. O próprio rumo da minha carreira pode ter de mudar.” Um outro disse: “Estou desanimado, totalmente paralisado”. No final daquela primeira semana de janeiro, o *The Quint* e uma leva de parceiros internacionais de verificação de informações assinaram uma carta aberta à Meta, argumentando que a decisão de cancelar o programa “foi um retrocesso para aqueles que desejam uma internet que prioriza informações fidedignas e confiáveis”. Na mesma carta, se comprometeram a seguir com o trabalho.

Pelo acordo de terceirização da checagem de fatos com a Meta, o *The Quint* recebia para avaliar postagens que viralizavam em suas respectivas plataformas e sinalizar qualquer coisa que contivesse desinformação – indicando se a informação era falsa, se estava fora de contexto ou se trazia fotos ou vídeos manipulados. Essa informação aparecia nas postagens, junto com o aviso de que algo tinha sido checado por uma fonte independente. Quem quisesse também podia clicar no link “entenda o motivo”, onde o parceiro de checagem explicava como havia chegado àquela conclusão. Segundo a Meta, toda vez que

um verificador de informações sinalizava que uma postagem era falsa, a rede iria “reduzir significativamente a distribuição do conteúdo em questão para que chegasse a menos pessoas, rotulá-lo como tal e alertar gente que tentasse compartilhá-lo”. Não foi, de jeito nenhum, uma solução perfeita, pois a mentira e a desinformação em plataformas da Meta simplesmente correm soltas. Mas foi um casamento de conveniência, uma fonte constante de recursos para meios cujo modelo de negócios tinha sido totalmente revirado pelas redes sociais.

A retirada desses recursos traz consequências sérias em um país como a Índia, onde o mecanismo de “notas da comunidade” dependeria da “sensatez” de um público que se mostra cada vez menos confiável. E até letal: em 2018, mais de dez pessoas foram mortas por multidões ensandecidas quando falsos boatos de sequestro de crianças circularam pelo WhatsApp. Um importante impulsor na crise de desinformação no país é a animosidade contra muçulmanos – uma minoria particularmente vulnerável, já que o primeiro-ministro, Narendra Modi, é um nacionalista hindu que demonstra cada vez menos tolerância por outros grupos. Em 2023, por exemplo, um acidente de trem com vítimas fatais foi imediatamente seguido por declarações maliciosas na internet alegando que a culpa fora do chefe da estação onde ocorreu a tragédia,

um muçulmano. Os verificadores no *The Quint* correram a contrapor essa alegação a informações colhidas de gente que estava na cena do acidente, de autoridades e de imagens do local. A conclusão foi que acusações circulando nas redes sociais eram falsas. Postagens no Facebook que difundiam esses boatos foram logo acompanhadas de avisos atestando sua falsidade. Quando conversei com ex-colegas, estávamos de acordo que “notas da comunidade” jamais teriam tido o mesmo resultado – ou a mesma credibilidade. “Ter parceiros verificando informações era melhor do que notas da comunidade, pois [esses parceiros] aderiam a princípios elevados não só da verificação, mas também de jornalismo”, disse um editor.

O espectro de desinformação que se avizinha é vasto – não só na política, mas também na saúde pública, na liberdade religiosa, na educação. Nos Estados Unidos, desde o pronunciamento de Zuckerberg, checagens antigas já começam a aparecer de outra forma nas plataformas da Meta. Voltando à Índia, jornalistas estão acompanhando com ansiedade a questão. “A situação não é assustadora só para verificadores de informações”, disse um ex-colega do *The Quint*. “É para qualquer pessoa.” ■

MEGHNAD BOSE é um fellow Delacorte na C.J.R.



O antes e o depois

O bloqueio da Meta a conteúdo jornalístico no Canadá, pela ótica de uma pequena cidade

por LAUREN WATSON

EM MARÇO DE 2021, UMA SÉRIE DE PÁGINAS DO FACEBOOK apareceu no feed de moradores de Squamish, cidadezinha canadense com 23 mil habitantes ao norte de Vancouver, na província da Colúmbia Britânica. Squamish está crescendo e é uma beleza de cidade. Também é cotada para um possível projeto de exploração de combustíveis fósseis para exportação. As páginas em questão – Squamish Now, Squamish Voices, Squamish Forward – se passavam por organizações comunitárias. No começo, traziam trivialidades: eventos locais e relatos de cocô de cachorro em trilhas de caminhada. Mas o tom foi logo mudando. Surgiram postagens indignadas sobre o conselho municipal e candidatos na eleição que se aproximava.



Cada página dessas tinha um foco. A Squamish Now reclamava que o conselho municipal estava bloqueando projetos privados de desenvolvimento imobiliário e não investia em infraestrutura pública (não havia qualquer evidência nesse sentido). A Squamish Voices, réplica de uma página da comunidade já existente, postou (também sem provas) que grupos ambientalistas bancavam membros do conselho. As duas páginas traziam fotos pouco lisonjeiras dos políticos que atacavam. A Squamish Forward dava o link para

um blog que incentivava moradores a se manifestar contra políticas que desaprovavam – blog cujo tom foi ficando cada vez mais inflamado. Uma postagem indagava se havia uma “conspiração secreta” contra a comunidade.

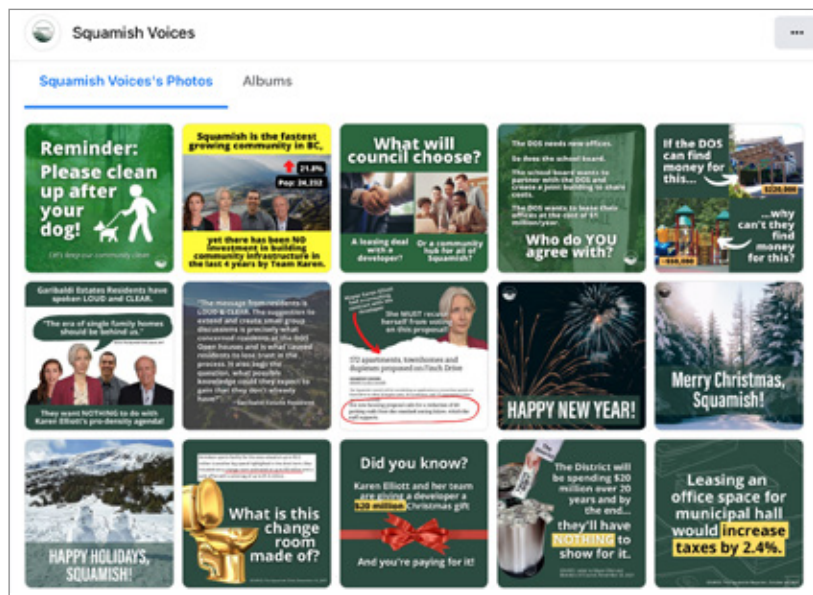
Depois vieram panfletos – uma verdadeira enxurrada, em cores chamativas. Alguns traziam a marca Squamish Now, outros Squamish Voices. As mensagens tinham um tom conspiratório. Um dos panfletos trazia a foto de um banheiro dourado e indagava: “De que é feito este

vestiário?”. Outro dizia: “Squamish não é um acampamento!”. Alguns atacavam candidatos específicos. “De repente, vejo minha caixa de correio lotada por esses panfletos”, contou minha vizinha Sarah Ellis, 35 anos. “Nesse ponto, a loucura já é de um outro nível.” Sarah e os amigos suspeitavam que aquilo era obra de uma campanha organizada. “O pessoal mais jovem entende suficientemente de mídia para saber que há algo estranho aqui. Mas não sabemos ao certo de onde isso está vindo.”

Em março de 2022, o *National Observer*, um meio digital canadense que cobre política e meio ambiente, publicou uma reportagem sobre Squamish e outras cidades do país nas quais, nos últimos tempos, haviam surgido páginas no Facebook chamadas “Voices” que se passavam por iniciativas comunitárias. Depois de escarafunhar os logs do Facebook, o veículo descobriu que todas essas páginas estavam ligadas ao grupo de direita Canada Proud. A reportagem citava um estudioso de campanhas digitais que explicava como essas páginas usavam postagens sobre trânsito ou moradia com o intuito de “gerar engajamento e conquistar a confiança do público” – para, então, às vésperas de uma eleição, “bombardear os seguidores com conteúdo explicitamente político ou campanhas difamatórias”.

Com o ano avançando, posts e panfletos continuaram circulando. Moradores que se atreviam a questionar quem estaria bancando o Squamish Voices começaram a receber, no próprio Facebook, mensagens de contas desconhecidas ameaçando medidas legais se não apagassem o que tinham escrito no prazo de 24 horas. A imprensa local noticiou o fenômeno, mas sem estabelecer conexões diretas.

Até que, antes de uma eleição, um site de jornalismo investigativo sem fins lucrativos, o *The Breach*, publicou uma reportagem detalhada – “*In this B.C. town, big money is bulldozing democracy*” – contando como interesses financeiros estavam atropelando a democracia em Squamish. O texto aprofundava a investigação sobre o Squamish Voices e vincu-



Os panfletos tinham mensagens com um tom conspiratório. Um deles trazia a foto de um banheiro dourado e indagava: “De que é feito este vestiário?”. Outro dizia: “Squamish não é um acampamento!”. Alguns atacavam candidatos específicos

lava as outras duas páginas “locais” a diferentes grupos com interesses econômicos no município, revelando exemplos de desinformação (como uma acusação anônima e sem fundamento de agressão sexual contra um candidato a prefeito que havia recusado doações e encontros com incorporadoras) e valores gastos em postagens patrocinadas – em um caso, até US\$ 78 mil, quando por lei o teto de gastos para eleições municipais no Canadá é de pouco mais de mil dólares. Dru Jay, editor do *The Breach*, explicou: “Era um problema local, mas era também a linha de frente de uma nova estratégia empresarial para debilitar a democracia na esfera municipal sem qualquer transparência”. Segundo Jay, de acordo com o Google Analytics, a reportagem teve 15 mil visualiza-

ções – 2.500 delas vindas de Squamish. Dias depois, a história ganhou ainda mais repercussão com a publicação de outro texto investigativo pelo *The Tyee*, outro meio sem fins lucrativos da província.

Ao todo, 6.718 eleitores votaram no pleito municipal de Squamish – uma participação de 39%, dez pontos percentuais acima da média da província naquele turno das eleições municipais. Saíram vitoriosos justamente os candidatos que tinham sido alvo da campanha de desinformação.

O resultado, diante da enxurrada de falsidades que antecederam a eleição, foi uma vitória para o jornalismo – vitória que, no entanto, dependeu das redes sociais. O Facebook foi, paradoxalmente, tanto a origem da desinformação quanto o meio mais eficaz para combatê-la. Daí o duro golpe



Postagens sobre trânsito ou moradia eram usadas para gerar engajamento e conquistar a confiança do público – para, então, às vésperas de uma eleição, bombardear os seguidores com conteúdo político ou campanhas difamatórias

quando, menos de um ano depois, o governo canadense seguiu o exemplo australiano e aprovou uma lei que obrigava as gigantes da tecnologia a remunerar meios de comunicação canadenses pela exibição de seu conteúdo jornalístico. A medida levou a Meta – dona do Facebook – a sair do mercado jornalístico do país. Em um comunicado contra a legislação, a Meta argumentou que os acessos originados do Facebook geravam milhões de dólares em receita para os meios e que o jornalismo representava apenas 3% do que os canadenses viam em seus feeds. Em outras pala-

avras, a Meta não precisava do jornalismo canadense – era o jornalismo canadense que precisava da Meta. De todo modo, a lei (a Online News Act) foi aprovada. A Meta começou a eliminar notícias dos feeds no Canadá em julho de 2023; em agosto, o bloqueio já era total. “Uma reportagem como a que fizemos sobre Squamish não teria nem de perto o mesmo impacto hoje, pois já não é possível compartilhá-la no Facebook”, explicou Jay.

A saída da Meta do jornalismo não impediu os canadenses de buscar notícias, mas certamente dificultou o acesso a fontes confiá-

veis. Segundo um estudo do Media Ecosystem Observatory (parceria entre a McGill University e a University of Toronto), no ano seguinte ao bloqueio os canadenses passaram a ver menos jornalismo on-line, embora continuem usando as plataformas da Meta para ler, assistir e ouvir notícias. Dos entrevistados no estudo, 70% disseram acessar notícias no Facebook e 65% no Instagram. A explicação está, em parte, no maior compartilhamento de prints de tela de conteúdos jornalísticos, que triplicou nos quatro meses após o bloqueio. Mas os pesquisadores também descobriram que apenas 22% dos canadenses sabem que a Meta baniu o jornalismo. Na prática, a busca por notícias nas redes sociais no Canadá virou um jogo de “telefone sem fio” que a maioria nem percebe que está jogando, com informações sendo repassadas sem contexto e sem o link para as fontes originais. “E [o pior é que] essa ausência nem é explícita. [A Meta] não só bloqueou o acesso ao conteúdo jornalístico, mas também facilitou a distorção dessa informação”, disse David Beers, editor-fundador do *The Tyee*. “Nem um ditador das antigas, no melhor estilo orwelliano, teria concebido um plano tão astuto.”

No outono canadense, e na pior temporada de incêndios florestais já registrada no país, o bloqueio de notícias imposto pela Meta passou por sua primeira grande prova. Só

“Era um problema local, mas era também a linha de frente de uma nova estratégia empresarial para debilitar a democracia na esfera municipal sem qualquer transparência”



SHUTTERSTOCK

No outono canadense, e na pior temporada de incêndios florestais já registrada no país, o bloqueio de notícias imposto pela Meta passou por sua primeira grande prova. Só na Colúmbia Britânica, foram mais de 380 focos de incêndio simultâneos. Segundo autoridades, anúncios de utilidade pública não estavam circulando como deveriam

na Colúmbia Britânica, foram mais de 380 focos de incêndio simultâneos e cerca de 20 mil pessoas sob ordem de evacuação. Segundo autoridades, anúncios de utilidade pública não estavam circulando como deveriam. Em uma coletiva de imprensa, David Eby, governador da província, declarou: “Acho absurdo que, a essa altura da crise, os donos do Facebook e do Instagram ainda não tenham vindo a público para declarar ‘olha, o mais importante agora é que a população esteja segura, o mais importante é que todos tenham acesso a informações básicas por nossas plataformas, e vamos deixar para mais tarde a nossa briga com o governo federal e com a nova lei’”. Justin

Trudeau, primeiro-ministro do Canadá à época, classificou a postura da Meta de “inaceitável”.

Naquele momento, embora já tivesse sido sancionada, a nova lei não tinha sido regulamentada, pois o governo ainda tentava negociar com as *big techs* que seriam afetadas pela legislação: pelo critério do tamanho, além da Meta, a única outra seria o Google. Em novembro, o Canadá chegou a um acordo com o Google pelo qual a empresa não bloquearia notícias e, além disso, financiaria um recém-criado Canadian Journalism Collective, um fundo que distribuiria US\$ 100 milhões ao ano para meios locais (cerca de US\$ 70 milhões a menos do que o Google teria de pagar anualmente a meios

de comunicação canadenses à luz da nova lei). A Meta, por sua vez, não deu sinal de que faria concessões. Por ora, e na esperança de que a Meta reveja sua posição, o governo canadense continua a adiar a aplicação da legislação, assumindo o ônus do acesso bloqueado ao conteúdo jornalístico sem colher os benefícios das multas previstas pela lei.

Em Squamish, o ano de 2024 trouxe mais um ciclo eleitoral, dessa vez para o governo da província. Quem queria informações fidedignas até encontrava, mas precisava buscar com muito mais empenho do que de costume. O público que costumava fazer comentários em postagens de meios de comunicação locais no Facebook já não conta

Na prática, a busca por notícias nas redes sociais no Canadá virou um jogo de “telefone sem fio” que a maioria nem percebe que está jogando, com informações repassadas sem contexto e sem o link para as fontes originais

com esse espaço on-line de debate – e de geração de pautas. Em Squamish, a classe política perdeu esse canal direto com o eleitor. Há um lado positivo. “Isso baixou o tom da discussão on-line e obrigou as pessoas a conversar de verdade”, diz Jenna Stoner, uma integrante do conselho municipal que foi alvo da campanha de desinformação. “Teve gente que simplesmente saiu das redes sociais, de tão desiludida que ficou.” Hoje, Stoner e os colegas de conselho estão apostando cada vez mais em eventos presenciais e em encontros informais com eleitores. Enquanto isso, páginas pseudojornalísticas seguem ativas no Facebook, postando comunicados de imprensa e espalhando informações sem qualquer fundamento.

Meios de comunicação, por sua vez, estão buscando saídas. Isso inclui pedir a jornalistas da equipe que usem sua conta particular para postar *screenshots* de matérias com links abreviados (por enquanto a Meta está liberando essas postagens). Fora isso, os meios estão buscando outras formas de chegar ao público. Uma delas é o TikTok, que escapa da nova legislação por ainda não ser grande o suficiente no Canadá. Um grupo de 20 veículos independentes do país se uniu para criar o *Unrigged*, um site que agrega links para suas reportagens. Beers, do *The Tyee*, contou que o meio tem recorrido à sua lista de e-mails, que acu-

mulou mais de 80 mil endereços ao longo de 20 anos. Isso, no entanto, não ajuda ninguém a angariar novos leitores. “Essa não é uma boa eleição para o jornalismo político, pois a Meta está bloqueando o acesso [a essa informação]”, explicou. “Daqui a dez anos, será que ainda haverá alguém criando um novo veículo dirigido a comunidades locais?”

Um punhado de veículos optou por uma medida meio extrema: pagar à Meta para distribuir o conteúdo jornalístico. Embora a empresa tenha bloqueado o acesso dos canadenses a páginas de veículos de imprensa, esses veículos ainda podem acessar a plataforma e pagar para divulgar seu conteúdo para públicos específicos. “É claro que é irônico que a gente esteja pagando para anunciar justamente na Meta, que bloqueou o acesso ao nosso material”, diz Linda Solomon Wood, editora do *National Observer*. “Mas estamos destinando só uma pequena parte da nossa verba publicitária para [a rede]. A maior parte dessa verba vai para o Google, que optou por negociar um acordo com o Canadá.” A *IndigiNews*, uma publicação operada por mulheres indígenas e lançada em 2020, perdeu metade do tráfego de um dia para o outro após o bloqueio da Meta. Sua editora, Eden Fineday, fez as contas: pagar à Meta para divulgar reportagens da *IndigiNews* durante um ano custaria entre US\$ 15 mil e US\$ 20 mil. Para ela, vale a pena, já que nenhuma outra forma

de distribuição chegaria como o Facebook a comunidades indígenas, volta e meia isoladas. “Se tivermos verba e pudermos continuar arrecadando fundos para isso, tudo bem”, disse. “Mas, e se não conseguirmos?”

Se a nova lei for de fato aplicada, postagens pagas para divulgar notícias poderão sujeitar a Meta a multas. Nesse caso, o dinheiro pago por meios de comunicação pelo privilégio de divulgar seu material jornalístico acabaria funcionando como um imposto – um meio de cobrir um custo que o governo canadense impôs com o intuito de proteger a imprensa do país. O governo está ciente desse dilema, mas ninguém com quem falei mencionou planos para rever a lei. Pascale St-Onge, ministra do Patrimônio Canadense e uma das responsáveis pela redação da nova legislação, defendeu que a lei é transparente e que veio para ficar. “As gigantes da tecnologia vão ter de dar sua justa contribuição”, garantiu. Solomon Wood, editora do *National Observer*, segue apoiando a medida. “Acho correto exigir que Meta e Google – que jamais pagaram impostos no Canadá, mas ganharam bilhões ao dominar o mercado publicitário do país e retirar essa receita da mídia nacional – devolvam algo ao Canadá”, afirmou. A editora reconhece que a legislação “não é perfeita”, mas insiste que “a decisão foi acertada”. ■

LAUREN WATSON é fellow Delacorte.

Tormenta **interna**

Há muitos jornalistas ocultando problemas de saúde mental e dependência química para fugir do estigma, não serem vistos como um problema e continuar trabalhando. Quero que saibam que não estão sozinhos

por AYMAN OGHANNA

É ABRIL DE 2016 E ESTOU EM LONDRES PARA EDITAR UM DOCUMENTÁRIO. Acabei de voltar de seis semanas no Iraque, acompanhando forças especiais do país numa missão para retomar do Estado Islâmico o controle de maior província do país. Estou no saguão do hotel Ace, só de cuecas, cercado por policiais. Tenho uma cadeira nas mãos e recebo do detector de fumaça instruções secretas para usá-la como arma. Uma onda de adrenalina percorre meu corpo – exatamente como dias antes, na linha de frente. Dou um passo à frente e agito a cadeira como um animal encurralado. “No chão!”, grita um policial. Vejo os pontos vermelhos dos tasers volteando no meu peito. Caio de joelhos e sinto as algemas se fechando sobre meus punhos antes de ser lançado ao chão. Ao me recusar a ficar de pé, meia dúzia de policiais me levanta e me carrega até a traseira de um furgão da Polícia Metropolitana. Depois de 24 horas em uma cela, bebendo água de uma privada imunda para matar a sede, sou levado a um hospital psiquiátrico.



Foi lá que ouvi pela primeira vez a expressão “bipolar tipo I”, um nome para a tormenta que me invade. Por anos, soube que algo não estava bem. Tinha surtos de euforia tão intensos que as pessoas à minha volta achavam que eu estava bêbado ou drogado – e minhas farras insanas só reforçavam essa impressão. Depois de cada pico de euforia, vinha a queda – brutal, solitária. Ficava horas na banheira, a pele enrugada, vendo a felicidade escoar pelo ralo. Esses extremos pareciam apenas parte de quem eu era: um ser que sentia e vivia tudo de forma mais intensa. Para colegas de profissão, era o que chamávamos de *la vida pirata*: o caos da existência de um correspondente de guerra.

É difícil dizer onde termina a personalidade e onde começa o trans-torno. Venho cobrindo guerras desde 2009, quando cheguei ao Iraque com 24 anos. E a verdade é que curto esse trabalho. Talvez até demais. É feio dizer, mas assim como muitos soldados querem ver combate, o mesmo vale para muitos jornalistas. Certa vez, acompanhei tropas americanas que faziam a guarda de uma refinaria de petróleo no Iraque – uma missão frustrante, monótona. “Quero atirar em alguém, porra!”, ouvi um soldado dizer. E eu queria fotografá-lo atirando em alguém. Naquele mesmo ano, fiz outra cobertura no

Afganistão, onde soldados disparavam pra valer durante combates. E foi eletrizante. Quanto mais me embrenhava na linha de frente, quanto mais terrível o que eu registrava, mais eu amava meu trabalho – e mais sucesso profissional eu tinha.

Mas, agora, sentado em um hospital em Londres, eu me perguntava qual a relação entre meu quadro mental e o mundo no qual tinha vivido todos aqueles anos. Será que minha condição tornara minha escolha de ofício inevitável? Ou teria sido o contrário, com minha profissão acelerando meu quadro? E, acima de tudo, por que demorara tanto para termos caído na real – tanto eu como aqueles ao meu redor?

Estava diante do laptop quando ouvi a primeira explosão. Eram 15h28 do dia 25 de janeiro de 2010 e lá estava eu em Bagdá. Pulei da cadeira, peguei minha câmera e corri para a laje do prédio onde estava para tentar entender de onde viera a explosão. Três minutos depois, outro estrondo me interrompeu enquanto tentava descer dali do alto. Tiros rasgavam o ar acima da minha cabeça – disparos vindos do posto de controle do hotel Hamra, do outro lado da rua. Me abaixei, esperando que viesse mais uma explosão. Já tinham atacado o Hamra antes, em 2005, atraindo as pessoas para fora com uma bomba

– só para matá-las com outra. Bum! Uma terceira explosão sacudiu as paredes. Esperei, a respiração ofegante, e só então me atrevi a sair pela porta da frente e atravessar a rua.

Era a hora do rush. A rua era um caos de metal retorcido, carros em chamas, destroços. Portas de veículos salpicadas de sangue, laranjas espalhadas pelo chão, arrancadas dos galhos de árvores chamuscadas. Entre os escombros, gente vagando atordoada, aos prantos, ferida, clamando por ajuda. Caminhando por entre aqueles sobreviventes em choque, me sentia um *voyeur*, um turista do trauma. Empunhei a câmera e comecei a fotografar. Sentia um propósito detrás da lente. Era um escudo contra o horror – tudo parecia mais suportável visto pelo visor.

Uma menina veio cambaleando na minha direção, o rosto coberto de sangue. Fotografei. Ela gritou e correu até mim, me golpeando com punhos pequenos, exaustos, até desabar no chão soluçando. Alguém me disse que a mãe dela acabara de morrer. Pela primeira vez na minha curta carreira, percebi que certas fotos não devem ser tiradas.

Vendi para o *The New York Times* as imagens que registrei naquele dia. Saíram na primeira página, acima da dobra – meu primeiro trabalho publicado internacionalmente. Mas

Será que minha condição tornara minha escolha de ofício inevitável?
Ou teria sido o contrário, com minha profissão acelerando meu quadro?
E, acima de tudo, por que demorara tanto para termos caído na real



Muita gente acha que estar em uma zona de guerra é pura adrenalina. Na verdade, é um tédio: uma excitação extrema envolta por longos períodos de inatividade

qualquer euforia pelo sucesso durava pouco. O atentado ao hotel Hamra foi um ato terrorista de um gênio maligno, que estilhaçou janelas dos quartos onde moravam jornalistas e destruiu nossa sensação de segurança. Eles estavam de olho em nós, vigiando nossos lares e sucursais, avaliando nossa proteção quando saíamos para comprar cigarros.

Estava no Iraque porque tinha iniciado a carreira e alguém me aconselhara a ir para onde havia muita coisa acontecendo e poucos jornalistas.

Parecia uma boa escolha. O Iraque era o país do meu pai, que tinha ido embora na década de 1960. Jamais tinha pisado lá e queria ver a coisa com meus próprios olhos. O Iraque que encontrei era muito diferente daquele que meu pai deixou para trás. Nas ruas, crateras abertas por explosivos eram tomadas pelo lixo. A paisagem entrecortada por muros de concreto contra explosões. Postos de controle com flores de plástico desbotadas. Postes sucumbindo sob um emaranhado de ligações clandestinas.

Esgoto correndo pelas ruas.

Muita gente acha que estar em uma zona de guerra é pura adrenalina. Na verdade, é um tédio: uma excitação extrema envolta por longos períodos de inatividade. Passei a me identificar com os sacos plásticos pretos que via por toda parte, presos ao arame farpado, se retorcendo ao vento sem nunca se soltar. Passava boa parte do tempo bebendo Heineken quente e fumando um cigarro atrás do outro na frente do ventilador de um quarto superfaturado.



Em pouco tempo, me acostumei às oscilações extremas de humor que vinham com o trabalho. A euforia do sucesso em uma reportagem, a adrenalina do combate, a correria para cumprir prazos – seguidos do tédio e da depressão, e do efeito anestésico das drogas e do álcool para prolongar um pouco mais qualquer boa sensação.

Quando fui parar no hospital, ouvi do meu pai um ditado árabe: “li kul jawad kubwa”, algo como “todo cavalo um dia cai”. Caí muito ao longo dos anos (um colega me disse um dia que eu me atirava na vida como um patinador prestes a dar de cara no gelo). Ia de conflito em conflito, de bebedeira em bebedeira, de publicação em publicação. O sucesso sempre alternado com o

fracasso. Para manter minha carreira viva, me reinventei várias vezes: fui fotojornalista, cinegrafista, repórter, correspondente, apresentador, escritor. Minhas fotos apareciam regularmente na capa do *The New York Times* e de outros grandes veículos. Tinha contratos com a NPR e a BBC. Escrevi para a *Foreign Policy* e a *Newsweek*. Fiz documentários e reportagens para a BBC e a Vice News; cheguei a ocupar o posto de correspondente na NBC.

Mas também tive episódios intensos, fechando portas ao me indispor com editores que me achavam um arrogante, um babaca, um bêbado, um viciado – e não sem razão. Buscava refúgio em drogas e no álcool, mas nada muito diferente do que muitos colegas faziam. Volta e meia ia

para Beirute ou Berlim para me jogar em farras com gente da mesma tribo que eu. Mas o que me pegava mesmo era o pico da euforia, o maior barato de todos. Uma sensação embriagante de absoluta confiança, de energia sobre-humana e de propósito. Não questionava meu estado mental quando estava assim. Eu me sentia espetacular. Quem me via assim achava que era o efeito de alguma droga – em Bagdá, os colegas especulavam qual seria. Mas aquela euforia era natural e me enchia de energia e de uma arrogância desmedida. Certa vez, chamei o editor de fotografia do *The New York Times* de “babaca” no Facebook e marquei todo mundo que conhecia no setor. Disse ao editor de internacional do *The Times* londrino que eu seria

melhor do que eles no comando da News Corp e que deveriam derrubar de vez o *paywall* do jornal.

Durante esse tempo, ouvi mais de uma vez editores comentando discretamente que eu devia estar com estresse pós-traumático de tanto cobrir cenas de violência. Alguns demonstravam preocupação, mas não iam muito além – e eu tampouco. Em uma cultura profissional que exalta os lunáticos dessa tribo, aquilo eram só ossos do ofício.

O transtorno bipolar é um quadro mental complexo, cujas causas ainda não são totalmente compreendidas. Diversos fatores podem contribuir para seu desenvolvimento, incluindo predisposição genética, desequilíbrios neuroquímicos, fatores ambientais, situações repentinas de sucesso ou fracasso, medicação errada ou falta de tratamento, privação de sono, luto e abuso de drogas. Eu preenchia todos esses requisitos.

Todo mundo tem altos e baixos, mas a pessoa bipolar vive extremos muito mais intensos. O transtorno bipolar, que afeta cerca de 1% da população mundial, envolve oscilações drásticas de humor: de episódios de uma mania eufórica e hiperativa a surtos de depressão cruel e paralisante. A maioria das pessoas entende o que é a depressão, mas a mania é mais difícil de explicar para quem nunca a vivenciou. A pessoa se sente invencível, segura

de si, acima de tudo e de todos. A necessidade de se mover, de falar – de agir – é avassaladora. Dormir vira algo irrelevante. A sensação de clareza, de confiança e de criatividade é tão embriagante que, se fosse uma droga, deixaria todos viciados.

Talvez não surpreenda que personagens famosos da história – gente como Winston Churchill, Vincent van Gogh, Virginia Woolf – provavelmente tenham sofrido de transtorno bipolar. É um quadro que traz perigos: certa vez, ao saber da morte de um amigo, saí de casa em Istambul descalço e, quando dei por mim, tinha percorrido mais de 15 quilômetros sem saber como tinha chegado e onde estava.

Ao longo da história, o transtorno bipolar foi subdiagnosticado, sobretudo em suas formas mais sutis. Com os avanços no campo da saúde mental, ficou mais evidente a distinção entre a bipolaridade e outros distúrbios do humor. Estudos indicam que até 70% das pessoas com transtorno bipolar receberam, a princípio, um diagnóstico de depressão ou outro transtorno mental.

Para alguém numa profissão como a minha, o diagnóstico pode ser ainda mais difícil. Transtornos mentais no jornalismo costumam passar batidos, pois a cultura do álcool e das drogas é muito comum nesse meio. No mundo do telejornalismo, por exemplo, onde há mais recursos e

mais riscos, a cobrança também é maior. Um correspondente precisa aparecer bem diante das câmeras, pensar rápido e demonstrar confiança. A cocaína ajuda. É um vício caro, mas onde o dinheiro corre solto, a droga também.

Também complicou o fato de que, como freelancer, eu não tinha relações de trabalho que talvez pudessem ter permitido uma intervenção mais cedo. Quando um profissional fixo passa por uma crise, o veículo de comunicação tende a dar mais apoio, inclusive pagando por terapia, tratamento ou reabilitação. Já alguém independente como eu precisa se virar sozinho. Quando não aguentamos mais, geralmente somos descartados.

Conheço muitos jornalistas que já passaram por crises de saúde mental ou lutaram contra o vício. Poucos admitem isso abertamente para seus empregadores, pelo medo do estigma – especialmente os independentes. Há pouco, fiquei na casa de um amigo freelancer, um premiado repórter de guerra, que me confessou ter passado por uma internação para tratar a dependência de cocaína e estar em acompanhamento psiquiátrico. Quando perguntei se tinha contado isso a seu principal cliente, ele respondeu: “De jeito nenhum! Seria o fim da minha carreira”.

Produtores locais, os chamados “fixers”, são os que mais sofrem.

Estudos indicam que até 70% das pessoas com transtorno bipolar receberam, a princípio, um diagnóstico de depressão ou outro transtorno mental



Transtornos mentais no jornalismo costumam passar batidos, pois a cultura do álcool e das drogas é muito comum nesse meio

Conheço uma fixer no Oriente Médio que penou nas mãos de um jornalista estrangeiro. O relacionamento abusivo a deixou com insônia, crises de pânico e pesadelos que a faziam despertar aterrorizada. Para enfrentar a situação, ela levava o próprio corpo ao limite, se exercitando até passar mal. Mas nem isso ajudou. Quando denunciou o abuso ao meio no qual o jornalista trabalhava, a empresa até tomou providências contra ele. Já ela não recebeu qualquer apoio ou tratamento. Teve de juntar os cacos sozinha. O meio jornalístico, para ela,

é um sistema que deixou um predador agir e a abandonou quando ela mais precisava.

Em um setor movido pela constante pressão, crises de saúde mental, em todas as suas formas, são pouco reconhecidas. Muita gente sofre em silêncio por receio de ser marginalizada, ainda que a própria natureza do trabalho – jornadas exaustivas, exposição a traumas, prazos implacáveis – afete diretamente o bem-estar do indivíduo.

Depois do episódio da cadeia no hotel, passei uma semana em um hospital psiquiátrico. Na esteira,

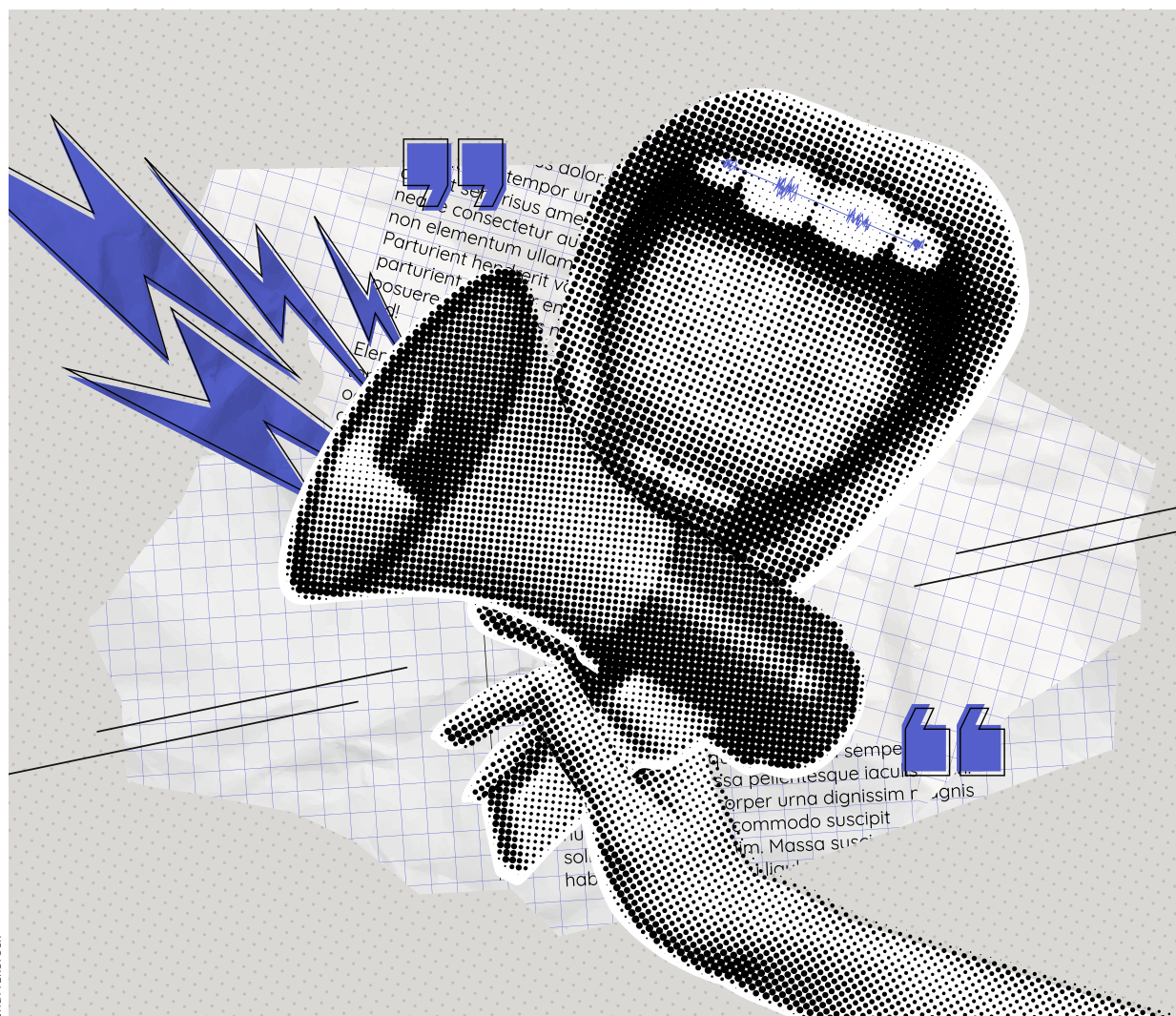
voltei direto ao trabalho, ainda em um estado maníaco. Tentei ocultar minha condição, mas não estava pronto para aquele retorno. Devia milhares de dólares ao hotel por todo o estrago, mas o verdadeiro prejuízo foi para minha carreira. Tenso e irritável, briguei com meu editor, pondo fim àquela relação profissional. Se eu tivesse sofrido um dano físico, teria recebido cuidados. Em vez disso, virei apenas outro freelancer descartado. Sem compensação, sem apoio. Um brinquedinho quebrado, nada mais.

No final, o diagnóstico de transtorno bipolar tipo 1 acabou me ajudando. Deu um nome ao caos e abriu uma porta para o tratamento. Também me fez enxergar o sofrimento que tinha causado a mim mesmo e aos outros ao fingir que nada estava errado, ao interiorizar a ideia de que era descartável. Como a maioria dos jornalistas com problemas de saúde mental, eu só queria continuar trabalhando – ainda que isso significasse esconder quem eu era de editores e abandonar contratos e relações profissionais quando eu era visto como alguém difícil de lidar.

Mesmo agora, ao fazer este relato, não consigo afastar o medo de que isso possa destruir minha carreira. Mas preciso abrir o jogo e falar por muitos outros que não podem fazê-lo. Problemas mentais assolam nossa profissão. Tem muito jornalista se ocultando por aí, lutando contra o estigma da saúde mental ou da dependência química (ou ambos), tentando não parecer um ser problemático para poder continuar trabalhando. Quero que saibam que não estão sozinhos. ■

Onde estão os adultos na sala?

Eugênio Bucci e Ricardo Gandour debatem as transformações do ambiente informativo, os meios digitais e seus impactos na organização da sociedade e na continuidade da democracia



Gandour – Eu me lembro de quando eu trabalhava na *Folha de S.Paulo*, na década de 1990. Perto da editoria Ilustrada, tinha uma salinha de três metros por três metros, na porta estava escrito “Computador da internet”, e era só uma pessoa que sabia mexer. Então a gente viu isso nascer, e hoje essa situação que a gente tem de que todo mundo publica e todo mundo reage teve uma universalização, teve um lado muito positivo de acesso a mais vozes, mas é inegável também que há uma certa confusão de qualidade informativa, proliferação de desinformação.

Bucci – Essa aparente confusão, na verdade, é uma grande ordem, isso sim. Há gente que se beneficia dessa ordem, que ganha dinheiro e poder com ela. Nós precisamos desafiar as aparências nesse momento, se quisermos entender o que se passa. Sem dúvida, as tecnologias digitais proporcionaram essa integração de pessoas que antes eram apenas receptoras e hoje podem ser emissoras, basta um celular conectado à internet. E, em muitos aspectos, o mundo digital tem por vezes o aspecto de uma ágora em que todo mundo pode se manifestar, mas, por outro lado, esse espaço de interação ainda é um espaço privado, que tem donos, como Mark Zuckerberg ou Elon Musk. Portanto, o mundo digital, tendo donos, não é exatamente democrático. E quem controla tudo isso? Eu diria três ou quatro pessoas. E agora,

com a posse de Donald Trump na Casa Branca, essas pessoas abriram mão da sua aparente imparcialidade. Estão todas alinhadas, abertamente, publicamente, declaradamente, com o novo presidente dos Estados Unidos. O que quero dizer é que isso que aparece como se fosse um caos desinteressado é no fundo uma ordem muito bem administrada, lucrativa e autoritária.

Gandour – Antes de analisar a sociedade e os indivíduos, pegando os seus ganchos da confusão como nova ordem, uma coisa que tem me preocupado muito e ocupado o meu pensamento é como que essa nova ordem que vem desse caos, dessa confusão, pode impactar, ou certamente já está impactando, a vivência e a organização das sociedades, e aí incluí nessa análise também a democracia.

Os meios digitais mexeram com as duas principais variáveis da humanidade, o tempo e a distância. E para a vida institucional, um tempo mínimo e uma distância mínima me parecem necessários.

A ordem democrática prevê o funcionamento institucional dos poderes, e até a imprensa nesse conjunto já foi chamada de o “quarto poder”, rótulo que a gente sempre evitou, por óbvia arrogância. Mas qual é o meu ponto? As ideias, a adoção de políticas públicas nasciam de grupos de interesse, chegavam às esferas adequadas e ao Judiciário, ao Execu-

tivo, ao Legislativo bicameral, que é o caso do Brasil. Niemeyer subsidiou isso na arquitetura de Brasília, o plenário e as galerias onde cada um pode comparecer e pressionar, representar seus interesses, cada grupo da sociedade.

E como estão hoje os tempos e as distâncias institucionais? Nos meios digitais, tudo é agora, e ao alcance de um dedo do vice-presidente ou do ministro, que também eles, talvez por inevitável, caem nesse rito.

No tempo institucional analógico, um projeto, uma política pública, era debatido em várias esferas, talvez com menos acesso, com menos transparência, e os meios digitais trouxeram isso e no seu tempo e lugar, tempo e distância, iam ser debatidos, encaminhados e resolvidos. No meio digital, tudo é agora, e uma política pública é testada nas redes sociais em minutos. Enfim, então, isso me atrai como pensamento, e aí eu vejo riscos para a democracia, porque a democracia pressupõe uma mínima institucionalização das subesferas e um estado mental do cidadão, claro, preocupado com ele, mas com a coletividade. Sempre faço essa ressalva; no estado informativo anterior, tinha menos acesso, tinha mais privilégio, não tinha inclusão que temos hoje. Então, assim, acho que ficou ali naqueles anos uma lição de casa, de aprimoramento, de governança a ser feita, que ficou incompleta, ela foi atropelada pela revolução digital.

Hoje, todo mundo publica e reage. A universalização teve um lado muito positivo de acesso a mais vozes, mas é inegável também que há confusão de qualidade informativa e proliferação de desinformação

Sem dúvida, as tecnologias digitais proporcionaram a integração de pessoas que eram apenas receptoras, mas esse espaço ainda é um espaço privado, que tem donos, como Mark Zuckerberg ou Elon Musk

Mas a falta da agenda pública comum, toda a sociedade enxergando uma mesma agenda, a meu ver, é um desafio para a democracia. E aí, só para encerrar esse parágrafo, olhando o indivíduo, e aí em perspectiva muito longa, eu acho que, às vezes, eu me avalio e penso que as minhas reações, quando eu digo minhas, é da minha geração, da nossa geração, ou dessa geração que pegou o analógico e estamos agora vivendo, ela também é influenciada por como os nossos neurônios e até o nosso corpo, o nosso estado de ser mental e corporal viveu. Talvez isso vá mudar, e a reação que daqui para frente os nossos filhos e netos vão ter perante a informação seja outra, porque as sinapses vão se reorganizar, porque a gente foi educado no “escuto, entendendo, interpreto, depois reajo”.

Então, isso pode influenciar, de novo, a democracia, o estado entre as pessoas, e até porque o estado coletivo é resultado do estado individual e de como as pessoas vão direcionar seus pensamentos, seus votos e suas escolhas. Você veja, por falar em escolhas, em eleições recentes, os milhões de votos que tiveram figuras promovendo o individualismo, rotulados como empreendedorismo. “Você tem que vencer!”

Bucci – Quero lembrar aqui uma referência que Sigmund Freud, no livro *Psicologia de Massas e Análise do Eu*, de 1921, faz aos escritos

do francês Gustave Le Bon. Esse Le Bon é uma figura controversa, mas foi um dos primeiros a estudar, ainda no século 19, o comportamento da multidão. Tenhamos em mente que a multidão é um fenômeno bem recente, posterior ao aparecimento das grandes cidades e das massas operárias que entraram em cena com a Revolução Industrial.

Gustave Le Bon notou que, enquanto as pessoas estão se aglomerando em multidão, elas assumem uma personalidade coletiva diferente, que pode adotar atitudes incivilizadas e violentas. Na multidão, há um rebaixamento dos padrões de civilidade e uma exacerbação de padrões mais selvagens. Por exemplo: uma torcida de futebol – a gente pode ver isso ainda hoje –, quando uma briga com a outra, admite para si certos atos que não seriam admitidos se aquelas pessoas estivessem agindo sozinhas. A multidão produz esse efeito um tanto animalesco. Essas ideias, as de Le Bon e principalmente as de Freud, são imprescindíveis para que a gente compreenda por que as massas agiram como agiram no nazismo e no fascismo. Elas são essenciais, também, para entendermos muito do que está acontecendo hoje, pois as redes ditas “sociais” (eu prefiro dizer “redes antissociais”, como ensina Marcia Tiburi) produzem o efeito de multidão selvagem, embora estejamos agora falando de uma multidão que se aglomera apenas virtualmente, e não mais física-

mente. Podemos notar, ainda, que esse efeito de multidão também leva a uma infantilização das pessoas. Por quê? Porque as plataformas quebram os vínculos de sociabilidade ao promoverem uma ilusão de que o mundo está aí para nos dar um prazer parecido com aquele que a criança experimenta quando imagina que tudo à sua volta só existe para satisfazê-la. E aí eu chego ao ponto que você tinha comentado. Você disse que a gente precisa de um tempo na institucionalidade, que as coisas não podem ser todas resolvidas imediatamente. É isso mesmo. De fato, essa noção é tão antiga quanto a civilização. A Justiça precisa de tempo para se realizar, precisa de mediações. O linchamento, não: pode ser imediato. Se queremos ser civilizados, não podemos ter tudo na hora. Só a criança acredita nisso. Só a criança e as massas dominadas pelas plataformas.

Gandour – O fenômeno da infantilização já era registrado por alguns autores após a queda do Muro de Berlim, do fim da Guerra Fria, junto com a exacerbação do individualismo.

A infantilização e a individualização andaram juntas. De novo, não sou psicanalista, nem cientista social, mas baseado em leituras. Logo após a Guerra Fria, o fim do Muro de Berlim, já na década de 1990, você tem um fenômeno ainda analógico, e eu vivi isso profissionalmente, que foi a explosão da literatura de autoajuda.

Eugênio Bucci



Ricardo Gandour



“Eu preciso ser feliz”; “Eu preciso fazer as coisas certas.” O jornalismo de celebridades, o culto, a fama e a literatura de autoajuda. Aquilo foi uma exacerbação do individualismo e citado por alguns autores como uma infantilização da sociedade. O discurso de posse do novo presidente dos Estados Unidos e suas atitudes são absolutamente e infantilmente individuais. Eu quero, eu tomo, tô brincando de “War”, de mocinho e bandido.

Bucci – Isso é infantil, isso é individualismo, um individualismo extremado. E isso é também, sendo infantil e sendo individualista, narcisista. Essa marca do narcisismo é caracte-

rística do nosso tempo, que parece interromper as mediações.

A questão é que a democracia precisa de mediações, assim como a Justiça.

Gandour – E aí vêm o tempo e a distância.

Bucci – Isso, o imediato é o linchamento, isso não é justiça, isso é uma injustiça.

Gandour – O imediato é infantil.

Bucci – Isso mesmo. Quero voltar um pouco àquela noção de que falei há pouco, sobre o prazer infantil. Eu estou me referindo ao que

Freud chama de Princípio do Prazer. O Princípio do Prazer não admite negociação com a realidade. Quer tudo para já e ponto final. Acontece que as massas, com as suas identificações libidinais, nos termos dele, Freud, negam qualquer obstáculo posto pela realidade: querem ter prazer já, mais ou menos como a turba no circo de gladiadores na Roma Antiga. As massas estão ali de forma pulsional. Isso está na raiz da disputa que temos nos nossos dias entre democracia e autocracia. As plataformas sociais e as *big techs*, em aliança com Donald Trump, preferem escancaradamente a segunda alternativa. Donald Trump, quando faz esse discurso infantil que você

muito bem anota, dá curso, ele dá seguimento a uma forma alternativa de organização da sociedade que é antidemocrática e autocrática. Isso está asfixiando o que costumávamos chamar de democracia. Nós estamos dentro da caverna de Platão, aquela que nos impede de ver o que de fato acontece. Hoje, porém, as paredes da caverna em que nos encontramos estão revestidas de telas eletrônicas. E o sujeito acredita que, olhando a tela eletrônica, consegue ver o que acontece no mundo. Essa é a ordem da desinformação. Foi assim que chegamos ao tempo em que desinformação é poder. E é isso que Trump vem conduzindo.

Gandour – Desinformação também pode ser poder e lucro, porque gera tráfego.

Bucci – Isso mesmo. E quero deixar claro que eu não faço aqui discurso saudosista. Não se trata de resistir a nenhuma inovação. Eu não sou aqui como os luditas do século 19, que quebravam as máquinas para impedir que a industrialização se efetivasse. Quando veio o cinema e, mais tarde, a televisão, muita gente rejeitava a inovação, dizendo que ela traria o desmantelamento da cultura etc. Não é por aí que vai o meu pensamento. O que está em questão aqui são fundamentos da democracia, fundamentos da civilização, fundamentos da partilha do poder. A discussão, portanto, é polí-

tica, não tem nada a ver com tecnologia. O modelo de poder que está triunfando, e que concentra capital e tecnologia em conglomerados que não aceitam o controle público, quer gerar uma ordem autocrática. Para isso, instrumentaliza a tecnologia para desinformar, para fanatizar e para manipular. O problema não é a tecnologia. O problema está nas forças obscurantistas que controlam essa tecnologia.

Gandour – Isso não é saudosismo, mas é de novo dever de uma geração que teve uma vivência, tem um legado, e aí eu queria fazer um pouco essa ponte, para chegar no tempo de hoje. A gente, como profissionais da imprensa, a gente foi criado, educado e teve experiência num método jornalístico. O método que tem uma sequência lógica de atividades. Você pauta, apura, edita. E com uma colaboração entre profissionais para ver se aquela matéria, aquele texto, todas as vozes, e a gente tentava, e acho que conseguíamos, majoritariamente, fazer uma distinção básica entre os três principais gêneros dos textos: informação, análise e opinião.

O atual estado de coisas, e quando a gente fala de regulação, o que a gente sente falta é de se estabelecer algum método. O algoritmo, ao submeter a oferta informativa à demanda, ele subverte qualquer método. Porque o método cuida da qualidade informativa. E o algoritmo, ao submeter a demanda, ele

atravessa isso. E ele busca satisfazer o usuário. E o jornalismo não existe para satisfazer. Inclusive, isso se perdeu hoje na polarização.

Pessoas que reclamam, “Ah, mas tal jornal não era nessa linha, por que ouviu o fulano?”. Ora, ouviu o fulano porque o jornalismo tem o dever de construir o registro histórico, dia a dia. Se o fulano, mesmo bandido, acusado, falou algo, isso é importante. Então, eu tenho que registrar. Então, isso se perdeu. Tem uma deseducação midiática que vinha, de certa forma, avançando, mas com muito a fazer ainda, que, no meu entender, andou muito para trás. As pessoas estão desaprendendo a ler, não literal, mas no sentido interpretativo do ambiente. E a satisfação, de novo, infantiliza. Eu preciso aprender a ser contrariado, eu como leitor.

Bucci – Essas reações imediatas, um tanto passionais, dispensam o pensamento. Repelem e interditam o pensamento. Entramos com isso num universo sem sensibilidade, sem espírito, sem reflexão. É muito difícil que, espontaneamente, as massas, aprisionadas pelas plataformas, saibam distinguir o que é juízo de valor do que é juízo de fato. Ora, o método jornalístico precisa separar informação de opinião, precisa separar o juízo de fato do juízo de valor, ou não consegue cobrir e reportar os acontecimentos. É preciso distinguir o que é análise dos

O atual estado de coisas, e quando falamos de regulação, o que a gente sente falta é de se estabelecer algum método. O algoritmo, ao submeter a oferta informativa à demanda, ele subverte qualquer método



SHUTTERSTOCK

Reações imediatas, um tanto passionais, dispensam o pensamento. Repelem e interditam o pensamento. Entramos com isso num universo sem sensibilidade, sem espírito, sem reflexão

fatos, é preciso distinguir também o que é emitir uma opinião sobre os fatos. Precisamos estar atentos a essas questões, pois o senso comum dos nossos dias, que é um senso comum deteriorado e rebaixado, está perdendo de vista o que separa juízo de valor e juízo de fato. As pessoas realmente acham que o aquecimento global é uma narrativa. Os termômetros estão subindo, mas elas ainda acham que tudo não passa de uma narrativa. Acham que os termômetros são comunistas e que os rios que secaram são comunistas.

Gandour – Foi muito interessante você ter trazido o tema da infantilização, porque eu, em alguns contextos e grupos, tenho falado: onde estão os adultos na sala?. Porque essa expressão, que é antiga, mas que já se manifestou neste país na

forma de grandes pactos, união, veja as Diretas Já, foram os adultos na sala dizendo, olha, de lado nossos interesses individuais, vamos organizar a sociedade em torno de uma democracia. Porque todo esse modelo atual, que leva à formação de multidões, também elege. O que é a votação majoritária se não o comportamento de multidão?

Bucci – Uma eleição, certamente, sofre os efeitos dos humores da multidão, mas a gente espera que ao longo dos debates, ao longo dos esclarecimentos, as pessoas reflitam e façam escolhas racionais. Sem essa dose de razão, mesmo que influenciada por julgamentos morais ou estéticos, a democracia não para de pé.

Gandour – Você veja o que foram os debates eleitorais recentes? Ten-

tativas de produzir cortes para as redes sociais!

Bucci – O que está acontecendo é que as eleições, que deveriam ser o clímax de um processo democrático, acabam sendo sequestradas pela selvageria. Com isso a democracia acaba gerando o seu oposto: a tirania. Está no ar um fracasso aí da democracia, e nós precisamos entender.

Gandour – É um momento de grande risco. Muito já se disse que a democracia não é um sistema perfeito, mas não tem nenhum melhor. Se ela vai conseguir produzir elementos que possam lidar com isso, é uma coisa autocontida, ela mesma tentar produzir, isso vai depender, na minha visão, de alguns adultos na sala ainda. ■



SHUTTERSTOCK

Jornalismo e redes: ruptura ou reconstrução?

Conversas no SXSW 2025 deixaram claro que o futuro do jornalismo passa por transparência, proximidade com a audiência e novas formas de monetização

por CLAUDIA PENTEADO

O SXSW 2025, EM AUSTIN, CAPITAL DO ESTADO DO TEXAS (ESTADOS UNIDOS), trouxe um alerta contundente: se o jornalismo tradicional não se reinventar (rapidamente), perderá ainda mais relevância em um ecossistema digital fragmentado e dominado por algoritmos. As redes sociais transformaram o consumo de notícias, tornando influenciadores concorrentes diretos dos jornalistas. Enquanto isso, o colapso da publicidade e o avanço da IA aprofundam a crise de confiança na informação.

O jornalismo passou de uma experiência coletiva para uma hiperpersonalizada, filtrada por algoritmos que priorizam engajamento. O resultado? Bolhas informacionais que reforçam vieses e limitam a exposição a opiniões divergentes. Estudos mostram que o sensacionalismo tem mais alcance do que o jornalismo factual, já que conteúdos que geram raiva ou medo são amplificados pelos algoritmos.

A ascensão dos influenciadores como fontes primárias de notícias é outro sinal de alerta: 67% da geração Z obtém informações diretamente de redes sociais, enquanto apenas 30% acessam portais tradicionais. Além disso, crises ambientais, políticas e econômicas podem simplesmente desaparecer quando não se encaixam na lógica dos algoritmos.

Mike Hofman, editor-chefe da *Inc. Magazine*, desenhou: “As pessoas não estão apenas consumindo notícias diferentes – elas estão vivendo realidades diferentes”. Seu painel destacou o impacto da queda do tráfego orgânico para veículos jornalísticos. Facebook e X reduziram a entrega de links, enquanto o Google prioriza respostas diretas, prejudicando sites de notícias. Já as plataformas de IA estão treinando seus modelos com conteúdo jornalístico sem oferecer compensação.

Outro tema central foi o colapso da confiança no jornalismo, fruto da polarização, de erros estratégicos e do impacto das redes sociais. Uma das soluções apontadas no evento

foi a radicalização da transparência. Alguns exemplos:

1. Explicitar o processo de apuração – *The Guardian* e *The New York Times* já detalham como suas investigações são conduzidas.
2. Criar bancos de correções públicos – *O Le Monde* mantém um arquivo aberto de todas as suas retratações.
3. Sinalizar o uso de IA – Veículos que não indicarem quando utilizam tecnologia para produzir conteúdo perderão credibilidade.

Jessica Giles, que foi editora-chefe da *Cosmopolitan*, enfatizou: “A transparência no jornalismo não é um luxo – é uma exigência para sobreviver na era da desinformação”.

Outro ponto de atenção foi o colapso do modelo tradicional de mídia baseado em publicidade digital. As redações precisam encontrar novas formas de receita. Algumas estratégias foram discutidas:

1. Modelos de assinatura e conteúdo premium – *Washington Post* e *The New York Times* mostram que assinantes podem ser mais valiosos que anunciantes.
2. Newsletters e comunidades exclusivas – O crescimento de plataformas como Substack e Beehiiv indica que leitores pagam por conteúdo personalizado.
3. Eventos e experiências pagas – *The Atlantic* e *The New Yorker*

apostam em conferências e entrevistas ao vivo.

4. Parcerias estratégicas com marcas alinhadas – *O The 19th*, focado em gênero e política, encontrou um modelo sustentável sem depender de grandes anunciantes.

Mike Treff, CEO da agência Code and Theory, reforçou que a mídia precisa deixar de ver a audiência como tráfego e começar a tratá-la como comunidade. O modelo de cliques e viralização está se esgotando. Novas gerações buscam pertencimento e diálogo genuíno. Como disseram especialistas no evento: “O futuro da mídia não está nos números, mas nas conexões que eles representam”.

O consumo de notícias mudou irreversivelmente, e reconstrução é o nome do jogo. Mas ficou claro que a reinvenção do jornalismo não pode ser superficial. Enquanto a mídia tradicional hesita, novas gerações já constroem seus próprios ecossistemas informativos – muitas vezes sem jornalistas no centro. Se o setor não encarar essa transformação de forma estrutural, pode se tornar irrelevante antes mesmo de encontrar uma saída. ■

CLAUDIA PENTEADO é jornalista com cerca de 30 anos de experiência, colaborou com diversos veículos nacionais e internacionais, tem MBA em marketing e é pós-graduada em literatura. É podcaster, ghostwriter, cria conteúdo para empresas e colabora com o caderno *Eu & do jornal Valor Econômico*. É casada e mãe da Juliana.

A ascensão dos influenciadores como fontes primárias de notícias é um sinal de alerta: 67% da geração Z obtém informações diretamente de redes sociais, enquanto apenas 30% acessam portais tradicionais

Meta enfraquece combate à desinformação e expõe checadores a risco

Com possível desmonte, iniciativas de checagem enfrentam incerteza financeira enquanto desinformação e ataques a jornalistas se intensificam

por BÁRBARA LIBÓRIO

O RECENTE DESMONTE DO PROGRAMA DE CHECAGEM DE FATOS da Meta nos Estados Unidos gerou preocupações globais sobre o combate à desinformação. A empresa, dona do Facebook, Instagram e WhatsApp, anunciou o fim da iniciativa e alterou suas diretrizes de moderação. Segundo Mark Zuckerberg, CEO da Meta, a decisão busca reafirmar o compromisso com a liberdade de expressão, argumentando que os verificadores de fatos têm sido politicamente tendenciosos e minado a confiança do público.

No Brasil, onde o próximo ano será eleitoral, especialistas e jornalistas manifestam preocupação com os possíveis impactos da medida. “Há um enfraquecimento da checagem de fatos ao ser abandonada como ferramenta de combate à desinformação dentro das plataformas”, afirma Tai Nalon, diretora do *Aos Fatos*. Ainda não está claro como essa mudança afetará a distribuição de conteúdo, mas a aposta da Meta agora é no modelo de “notas comunitárias”, em que os próprios usuários comentam e contextualizam publicações. Inspirada no X (antigo Twitter), a estratégia levanta dúvidas sobre sua eficácia, pois não há garantias de precisão nem mecanismos robustos para evitar manipulações.

“Uma abordagem que combinasse notas comunitárias com checagem profissional seria mais eficaz para empoderar o usuário. No entanto, há casos em que a atuação de profissionais é indispensável”, ressalta Nalon.

Além do desmonte da estrutura de verificação, outras mudanças nas plataformas digitais dificultam o trabalho de jornalistas e pesquisadores. “O fim do acesso a ferramentas de monitoramento, como o CrowdTangle da Meta, e o aumento dos custos de uso de APIs, como fez o X, criam obstáculos para checadores e pesquisadores que dependem desses meios para monitorar redes e combater a desinformação”, alerta Sérgio Lüdtke, coordenador do Projeto Comprova.

Lüdtke destaca que, ao restringirem o acesso ao jornalismo e à academia, as plataformas acabam favorecendo a disseminação de conteúdos enganosos por atores políticos. “Muitas vezes, esses conteúdos ainda são impulsionados pelos próprios algoritmos”, acrescenta.

O futuro da checagem no Brasil

A possibilidade de que a Meta estenda o encerramento do programa para outros países trouxe à tona o debate sobre a sustentabilidade financeira das iniciativas de checagem. Muitas delas dependem da remuneração oferecida pelas plataformas para realizar esse trabalho. Sem esse suporte, agências brasileiras buscam alternativas para reduzir a dependência das *big techs*.

Contudo, Nalon aponta que o problema é estrutural e afeta o jornalismo como um todo. “A sustentabilidade da checagem de fatos e do jornalismo não pode depender apenas de esforços individuais dos veículos para diversificar receitas. São necessários mecanismos de políticas públicas que incentivem fundos privados e públicos para financiar a atividade”, argumenta.



Ao restringirem o acesso ao jornalismo e à academia, as plataformas acabam favorecendo a disseminação de conteúdos enganosos por atores políticos

Ela ressalta que outras indústrias contam com incentivos, como leis de fomento e reservas de mercado. “Se o jornalismo é tão essencial para a democracia, como políticos e governos frequentemente afirmam, por que não conseguimos avançar nessa discussão básica?”, questiona Nalon.

Regulação e seus desafios

O cenário reforça o dilema entre regulação estatal, liberdade de expressão e o papel das *big techs* na moderação de conteúdo. No Brasil, a tensão entre o governo, o Supremo Tribunal Federal (STF) e plataformas digitais como X e Meta evidencia essa disputa.

O ministro do STF Alexandre de Moraes tem adotado uma postura rígida contra a disseminação de desinformação e discursos de ódio, determinando bloqueios e remoções de perfis no X. A medida provocou reação de Elon Musk, proprietário do X, que criticou as decisões judiciais e desafiou a Justiça brasileira. Paralelamente, a Advocacia-Geral da União (AGU) cobrou explicações

da Meta sobre os impactos do fim do programa de checagem de fatos nos Estados Unidos e sinalizou que a empresa pode enfrentar sanções caso sua nova política facilite a propagação de fake news no Brasil. No Congresso, o Projeto Lei das Fake News propõe maior responsabilidade das plataformas na moderação de conteúdo, mas encontra resistência entre parlamentares.

Para Ivan Paganotti, professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), o Judiciário tem sido mais eficaz do que o Executivo na aplicação de normas de moderação. “As diretrizes das plataformas, baseadas em princípios próprios, podem ser revistas a qualquer momento. No entanto, a legislação brasileira pode exigir que elas mantenham algum tipo de supervisão sobre esses espaços”, explica.

Nalon, do Aos Fatos, destaca que a União Europeia já recomenda, por meio de um código de conduta, que as plataformas contratem checadores de fatos profissionais. No Bra-

sil, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adotou orientação semelhante nas últimas eleições, incentivando a colaboração entre plataformas e verificadores de fatos para combater a desinformação. “O TSE manterá essa recomendação para 2026? Ainda não sabemos”, conclui.

Um desmonte sem precedentes

Além da desinformação, o enfraquecimento da checagem de fatos também acentua um problema crescente: a violência contra jornalistas e checadores. Profissionais da área já enfrentam ameaças constantes, especialmente em períodos eleitorais e em contextos polarizados. Com a retirada de mecanismos institucionais que garantiam certa proteção e legitimidade ao trabalho de checagem, cresce o risco de ataques organizados e perseguições on-line contra esses profissionais.

“A checagem é uma atividade de um risco muito alto. Institucionalmente, somos atacados através de processos na Justiça, mas os nossos repórteres sofrem ataques nas redes sociais, recebem ameaças. Subfinanciar esse tipo de atividade é correr o risco de que ela acabe. E não é sobre uma organização fechar as portas, mas sobre um campo inteiro correndo o risco de acabar da maneira que é hoje”, alerta Nalon. ■

BÁRBARA LIBÓRIO é jornalista, pesquisadora e professora do curso de Jornalismo da ESPM-SP. É diretora estratégica do Instituto AzMina e já colaborou com Folha de S.Paulo, iG, Aos Fatos, IstoÉ, Canal Meio e revista Época. É mestre em mídias criativas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutoranda em comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo.

“A cobertura de guerra hoje é capenga”, diz Klester Cavalcanti, que viveu dias infernais na Síria

Repórter brasileiro, preso pelo regime de Bashar al-Assad ao cobrir a guerra civil na Síria, fala sobre a nova edição de seu livro em entrevista a Leão Serva, ex-correspondente na Bósnia

por LEÃO SERVA

O JORNALISTA KLESTER CAVALCANTI LANÇOU em janeiro de 2025 uma nova edição atualizada de seu livro *Dias de Inferno na Síria*, no qual narra o início da guerra civil no país, em 2011, e as agruras por que passou ao ser detido pelo regime do ditador Bashar al-Assad pouco depois de chegar ao país. Na nova edição, produzida após a queda do ditador Bashar al-Assad, ele inclui um perfil do novo governante, oriundo das fileiras da militância fundamentalista religiosa. Autor de vários livros-reportagem, como *O Nome da Morte*, adaptado para o cinema, Klester relembra as aventuras e comenta a cobertura da imprensa atual sobre os conflitos no Oriente Médio nesta entrevista a Leão Serva, professor da ESPM e ex-correspondente de guerra. A resenha da nova edição do livro é da jornalista Paula Saviolli, ex-aluna da ESPM e coautora de *Depois do Front* (2016), livro pioneiro no Brasil sobre o estresse pós-traumático entre jornalistas que cobrem conflitos.

Leão Serva – Klester, como foi a recepção à nova edição de seu livro?

Klester Cavalcanti – Lançamos faz um mês e meio, ainda não tem números de venda. Mas foi bastante divulgado, muita gente fez matéria, dei muitas entrevistas. Porque, com a mudança no governo da Síria, o assunto está muito em evidência.

LS – Foi coincidência?

KC – Eu fiz essa edição nova por isso. Em dezembro, quando caiu o Bashar al-Assad, tive a ideia de fazer uma edi-

ção atualizada do livro, já incluindo a queda dele e quem parecia estar prestes a assumir. Quando escrevi o texto, ainda não era certo quem ia assumir, mas já era provável que fosse o Abu Mohammed al-Jolani. Então eu já escrevi isso também, dei um breve perfil dele, dizendo quem é, comentando que foi da Al Qaeda e tudo mais. Porque eu não queria escrever um texto anexo ou um textinho a mais, eu queria inserir na história, porque no meu texto eu gosto muito de colocar as informa-

ções de um jeito que entre na história. Eu acho que ficou legal.

LS – Você distribuiu as novidades ao longo de todo o texto?

KC – Eu coloquei tudo isso no último capítulo. Agora, no meio da história, depois da minha libertação, já em Damasco, perto do final do livro, fiz um apanhado geral sobre a situação da Síria: o que estava acontecendo, o que poderia acontecer. Com a queda do Bashar, a ascensão desse grupo rebelde e a confirmação de quem era mais provável que assumisse, tudo de fato aconteceu.

LS – E você, pessoalmente, acha que ele se transformará em um estadista ou ele vai ser sempre um cara da Al Qaeda?

KC – Não acontece isso. A história mostra. Nunca teve um líder revolucionário com ideias militares, violentas, que ao assumir mudou. Fidel Castro é prova disso, ficou 50 anos no poder, nunca deu ao povo o direito de votar, de escolher quem queria. É muito legal quando alguém consegue tirar o ditador, mas nunca



SHUTTERSTOCK

“As coisas não acontecem de um dia para o outro, mas acho que em cinco, dez anos, a Síria vai estar muito próxima do que hoje é a Arábia Saudita, o Irã. Acho que as mulheres vão perder direitos”

muda. Stalin foi isso, Fidel foi isso, esse al-Jolani é a mesma coisa, não vai mudar. O discurso dele quando o Bashar caiu, fugiu da Síria, na mesquita de Damasco, ele disse que a queda do Bashar era uma vitória para a “nação islâmica”... Você conhece Damasco?

LS – Não, tenho muita vontade de conhecer.

KC – A cidade é linda, maravilhosa. Eu estive lá na mesquita, quando fui solto da prisão. É uma imagem impressionante. A mesquita tem um pátio gigantesco, maior que um campo de futebol. Só o pátio é

enorme. Um piso lindo, sabe aquela coisa de porcelana, você não acha um grão de areia, é uma coisa maravilhosa. E diante daquele pátio lotado, o al-Jolani se referiu à Síria como a nação islâmica. Ele até então só usava roupas militares. Agora são roupas civis. Mas não vai mudar. Já há relatos de ataques às comunidades de cristãos. Estão dizimando os alauítas, que são a minoria étnica da qual o Bashar al-Assad faz parte. Vai ser uma desgraça. Só que agora tem a vantagem de que a maioria da população está do lado dele, que é a Síria. Noventa por cento de muçulmanos. E desses 90% tem uma maioria

sunita e a minoria alauíta. O Bashar al-Assad é dessa minoria alauíta. E o Abu Mohammed al-Jolani é sunita. Obviamente, a população sunita, por ser maioria, estava muito insatisfeita com o governo de um alauíta. A família de Bashar al-Assad estava no poder há mais de 50 anos. O pai dele e ele. Agora, chega ao poder um sunita. Então a maioria da população vai enxergar com bons olhos a mudança. Só que é um cara mais truculento, mais agressivo, menos tolerante do que o Bashar. Eu acho muito pouco provável que tenha no Brasil alguém com mais razões do que eu para odiar o Bashar al-Assad.

Fui preso, torturado, ameaçado de morte pelo governo dele. Eu fui para a Síria com visto de imprensa. Não cometi nenhum crime, eu estava lá legalmente. E, mesmo assim, passei por tudo aquilo que passei. Então, acho difícil ter alguém aqui no Brasil com mais razões do que eu para odiá-lo. Mas tem um fato: o Bashar não era aquele ditador de alma sanguinária, truculento, como o Saddam Hussein, o Kadafi, não era. Ele é um cara que foi médico em Londres, como oftalmologista. Ele não ia ser presidente do país. Quem foi treinado a vida inteira para assumir o lugar do pai foi o irmão dele, mais novo, que morreu em um acidente de carro. Então o pai dele, que morreu pouco depois, o indicou para assumir o país. Mas ele não tinha essa vocação.

LS – Como você avalia a cobertura que se faz no Brasil e fora do Brasil sobre a Síria?

KC – Você já esteve em guerras, já cobriu conflito, você sabe... hoje em dia eu acho que é ainda pior do que na sua época e na minha, porque a cobertura parece ficar cada vez mais amadora. As pessoas têm a ideia equivocada de que dá para fazer cobertura a distância, e não dá, você só vai ver de verdade se estiver lá. Então, hoje, do Brasil não tem ninguém na Síria. Assim, tudo que sai aqui é o que vem das agências de notícias, mas você não consegue nem confirmar, nem checar, só tem o que vem da agência. A cobertura aqui está muito fraca, muito capenga, depende de agências de notícias. E eu tenho fontes lá. Tem gente que era do governo Bashar al-Assad; e gente que era do exército rebelde, chamado Exército Livre da Síria. Só que hoje esses caras, que

eram os rebeldes, estão no governo. Então, para mim, é ótimo, mas é um negócio muito louco.

LS – Klester, o filme *Tempo de Guerra* (*Warfare*) conta uma história de um grupo de elite do Exército americano que é cercado de militantes da Al Qaeda e vive uma batalha violentíssima dentro de uma casa. O diretor Ray Mendoza foi militar e participou dessa operação, e ele diz que fez o filme para ajudar a memória de um companheiro que não conseguia lembrar nada do que aconteceu. Como foi para você mexer na memória ao retrabalhar o livro? Trouxe sentimentos psicológicos fortes?

KC – Eu sempre digo que minha cabeça ou é muito boa, ou é muito ruim, porque eu não fiquei com nenhum trauma. Eu traduzo muito a leveza, falo na boa, até dos episódios mais dramáticos, pesados, sofridos, eu lido muito bem com isso. Eu acho que o lado positivo da história, a parte humana, foi tão bacana, as relações humanas que eu fiz fora da prisão, dentro da prisão... Eu fiz amigos no presídio.

LS – Como isso aconteceu?

KC – Eu acho que tudo isso me fez ter uma relação muito boa com essa história. Porque, claro, eu sofri muito, por tudo que passei, foi muito angustiante. Em vários momentos tive certeza de que ia morrer, foi muito pesado. Mas eu não sei se é o jeito que tenho, sinceramente, eu prefiro valorizar as coisas boas da vida. Acho que no meu coração ficaram mais coisas positivas do que negativas da minha história na Síria. Também tive uma realização profissional. Eu tinha muitos sonhos de cobrir uma guerra. E no meu coração, na minha mente, ela deveria ser no Oriente Médio. Na



IBRAHIM AL AORFALI



DIVULGAÇÃO

Klester Cavalcanti foi capturado, preso ilegalmente e torturado durante o início da guerra civil na Síria, em 2011

faculdade, quando eu via matérias de jornalismo de guerra, achava um sonho, histórias como o José Hamilton Ribeiro cobrindo Vietnã e quase morreu. Ainda garoto, antes de pensar em ser jornalista, eu via o Pedro



LEÃO SERVA



ALE RUARO

Leão Serva viajou até Sarajevo (foto acima), em 1992, para cobrir a guerra civil que fragmentou a antiga Iugoslávia

Bial cobrindo conflito, ele agachado, e estourou a bomba. Eu falava: “cara, isso é fantástico, quero estar nesse lugar”. Então, o fato de eu chegar à Síria foi a realização de um sonho...

LS – Eu tinha essa mesma relação, desde pequenininho tinha essa coisa como se tivesse sido mordido...

KC – Eu li o seu livro de Sarajevo... Quando eu consegui entrar na Síria, foi aquele tormento muito complicado, mas cheguei, consegui chegar a Damasco. Só que em Damasco não tinha guerra, tinha de ir para Homs. Tenho um colega, jornalista, que foi para Damasco, na época da guerra, e falou que cobriu a guerra, mas ele não cobriu a guerra, porque em Damasco não tinha guerra. É como se houvesse uma guerra em Campinas, o jornalista sai de Nova York, de Londres, para cobrir a guerra e fica aqui em São Paulo. Não cobriu a guerra. Então, eu queria ir para Homs, que era onde a guerra era mais pesada naquele momento. E todo mundo dizia que eu nem conseguiria chegar. Quando cheguei a Homs, já deu de cara uma alegria. Era ao mesmo tempo alegria e tristeza de ver bomba caindo, tiro-teio, gente morta, aquela agonia toda, e tinha ao mesmo tempo aquela satisfação. “Cara, eu estou aqui, eu estou na guerra, eu estou vendo isso de verdade. Aqui eu estou vendo, ninguém está me contando, eu estou aqui, na guerra”, assim. Era muito louco a minha cabeça conseguir processar

tudo, entendeu? Sim. Tem uma coisa muito, muito maluca, Leão. Você falou de filme, eu sou cinéfilo. Desde muito garoto, eu adoro cinema. E eu tenho um livro que foi adaptado para o cinema, que chama *O Nome da Morte*. Eu não sabia. É um livro que foi até lançado na Inglaterra, também, com o título *The Name of the Death*. É um livro que eu escrevi a história real de um cara, assassino de aluguel, que matou 492 pessoas catalogadas. Ele tinha um caderno onde anotava os crimes. Eu tive acesso a esse caderno.

LS – A razão desses que servem a Esquadrão da Morte, assim, por banditismo, era só...

KC – Não, pistoleiro. Se pagou, ele vai e mata. Pistoleiro. E esse foi lançado, já em oito idiomas, em mais de 20 países.

LS – E a adaptação?

KC – A adaptação é de um diretor brasileiro que mora em Londres, chamado Henrique Goldman. Ficou muito bom.

LS – Ele fez um filme muito interessante sobre os judeus no Pará – *Marrocos, uma nova África* (1990).

KC – Ele também fez aquele filme sobre o Jean Charles, com o Selton Mello, sobre a morte do imigrante brasileiro. Foi o Henrique que dirigiu esse filme chamado *O Nome da Morte* (2018), com o Marco Pigossi, André Mattos, Fabiula Nascimento,

Quando eu consegui entrar na Síria, foi aquele tormento muito complicado, mas cheguei, consegui chegar a Damasco. Só que em Damasco não tinha guerra, tinha de ir para Homs



WIKIMÉDIA COMMONS

O Observatório Sírio para os Direitos Humanos (OSDH) estimou em janeiro de 2021 que 30 mil detidos foram mortos pelo regime de Assad na prisão de Sednaya, devido a tortura, maus-tratos e execuções desde o início da guerra civil síria



WIKIMÉDIA COMMONS

Bashar
al-Assad,
em 2024

Matheus Nachtergale, um elenco de peso. Muito legal o filme. Enfim, eu tenho essa coisa com o cinema. Já vendi os direitos do livro sobre a Síria. E quando estava vivendo tudo aquilo na Síria, ao mesmo tempo eu conseguia pensar: “Cara, se eu sair

daqui com vida, vou ter uma história muito fantástica para contar”. Eu tinha essa consciência de que estava vivendo algo surreal. Eu pensei: “Isso aqui é cinema, eu estou vivendo um filme”. Imagina, jornalista estrangeiro preso no Oriente Médio, no meio de uma guerra. E faz amigos num presídio, tem aquela relação. Cara, isso é cinema!

LS – Então eles não foram só colegas de cela. Mais do que boas histórias de cela, ficou uma amizade dessa relação.

KC – Eu falo uma coisa com o coração. Esses três amigos que fiz, eu chamo de “irmãos de cárcere”. São três sujeitos, que se alguém me ligar hoje dizendo “Pegamos um deles, é você ou ele”, eu me entrego na boa, sério, por esses caras eu me entrego, porque, se não fossem eles, acho que eu teria ficado louco lá dentro, porque foram eles que me confortavam. Quando eu estava muito angustiado, não queria comer,

eles diziam: “Se você não comer, você vai ficar doente aqui dentro. Você tem de comer isso aqui”. Quando eu estava muito triste, eles iam me confortar, me consolar, foram três caras assim... Esse anel que uso até hoje, eu ganhei de um deles lá. Sendo que um deles quase não falava nada em inglês. Um falava muito bem, era o Omar, esse virou irmão mesmo. Até nos falamos depois que ele foi solto; o Adnan falava uma coisinha ou outra e o Ali não falava nada em inglês. E é louco, porque ele não falava nada de inglês, eu não falava árabe, e às vezes nós ficávamos conversando. Ele entendia tudo, só pelo gesto. É engraçado.

LS – Os três estão vivos, você os acompanha após a queda do Bashar?

KC – Não, eu só sei do Omar. Como ele fala inglês, quando eu saí da prisão, a gente trocou telefones. Eu dei para ele o meu cartão, eu fui para a Síria pela revista *IstoÉ*. Eu dei para

“A cobertura parece ficar cada vez mais amadora. As pessoas têm a ideia equivocada de que dá para fazer cobertura a distância, e não dá, você só vai ver de verdade se estiver lá”

o Omar o meu cartão, e tinha o meu telefone celular e o da redação da minha mesa. E ele me deu o telefone dele também. Só que eu saí, ele ficou lá, então não tinha como ligar para ele. E como os outros dois, o Ali não falava inglês, o Adnan falava muito pouco, não valia nem pegar o telefone deles. Depois de três ou quatro meses que voltei da Síria, o telefone da minha mesa tocou e atendi. Era o Omar. Foi muito emocionante, muito emocionante. Que legal, nós vamos conversar, ligar uma vez a cada dois, três meses, tudo mais. Até que a guerra ficou mais intensa ainda, e chegou um momento em que eu ligava para ele, e ele não atendia, nem celular, nem casa. Agora, com essa edição nova do livro, eu mandei a mensagem no WhatsApp, pelo telefone que eu tenho dele. Que ele usava antes. Uma mulher me respondeu informando que o telefone não era dele, era dela. Falou até o seu nome e que não o conhecia. Espero que ele esteja bem em algum lugar.

LS – Voltando um pouco à questão política, a impressão que eu tenho é que a Síria é talvez um dos países mais diversos de povos: tem os sunitas, tem os alauítas, mais diversos assim por metro quadrado do mundo, talvez de mosaico, de gente e tal. É uma coisa que a imprensa parece incapaz de retratar isso. Você teve essa sensação de que a imprensa põe no liquidificador e homogeneiza a cobertura?

KC – Sim, isso aí é por duas questões. Primeiro, por aquele ponto que comentei antes: a imprensa não envia jornalistas. Então fica difícil: a pessoa pensa, Oriente Médio é tudo árabe, tudo muçulmano, tudo igual. Então, até fisicamente falando, pessoas sempre pensam no árabe, que é uma pessoa igual a mim. Moreno, narigudo, tudo isso. Lá na Síria, até a questão da aparência das pessoas é muito diversa. Por exemplo, o Omar, esse meu irmão da prisão, é uma pessoa de pele muito clara, cabelo preto. Não tem aquele estereótipo do árabe magrelo, narigudo, moreno, de barba. As mulheres também. Você falou das etnias. Tem muitos curdos, por exemplo, na Síria. Só que as pessoas não vão lá, não veem isso. Aí tem o preconceito de achar que o mundo árabe é tudo igual. A Síria é diferente do Paquistão, do Afeganistão. Lá, sim, no Afeganistão é tudo com a cara igual a minha, sim. Na Síria, é muito diferente, até porque a raiz étnica deles é a mesma de Israel, dos israelenses. Tem muito sírio que tem a cara do israelense europeu, entende? Só que como as pessoas não vão, não leem, então não sabem disso.

LS – Sobre o Bashar al-Assad, embora ditador, ele parecia ser um elemento de contenção de uma série de tensões étnicas, como o Saddam Hussein no Iraque, também. Você tem a sensação de que a imprensa internacional não percebe essa multiplicidade de lados da história?

KC – Quando você tem um homem como o Saddam Hussein, um ditador truculento, violento, quem não obedecer morre. De uma forma ou de outra, esse homem consegue comandar aquele povo, do jeito selvagem dele. Não é que esteja certo, se você tira esse homem, ninguém controla mais aquele lugar. Agora, a grande diferença entre o Iraque e a Síria é que, quando tiraram o Saddam, não tinha quem assumisse, uma loucura. Os Estados Unidos queriam mandar, queriam decidir... Na Síria, o Bashar caiu e, três meses depois, já tem um presidente e a maioria da população está do lado dele.

LS – Por enquanto, pelo menos está...

KC – O Bashar, até talvez pela sua formação social, cultural, valorizava a diversidade religiosa, o direito das mulheres. Inclusive isso era uma das razões da oposição a ele, porque a oposição mais radical, muçulmanos e mais conservadores, não aceita que você tenha liberdade religiosa, não aceita que a mulher possa usar a roupa que quiser. Eu vi em Damasco mulheres de minissaia, de blusinha de alça, mulheres dirigindo carro, que no mundo muçulmano às vezes não pode. Tem mulheres na política. Tudo isso eu vi em Damasco. Igrejas cristãs perto de mesquitas, como vi também em Beirute, e isso não era motivo de confusão. Acredito que, falando numa linha de tempo de história, as coisas não acontecem de um dia para o outro, mas acho que

em cinco, dez anos, a Síria vai estar muito próxima do que hoje é a Arábia Saudita, o Irã. Acho que as mulheres vão perder direitos, que vai virar um Estado muçulmano.

LS – Você tem vontade cobrir, de voltar à Síria?

KC – Tenho muita vontade, vou voltar, sim. Tanto que tenho muita vontade de cobrir conflitos em outros lugares. Quando começou esse atual conflito na Palestina, tentei ir para lá, porque tenho um projeto muito antigo, muito anterior a esse atual conflito, de morar em Gaza. Esse projeto eu tenho já desde 2010. Quero morar em Gaza durante um tempo, no mínimo três meses, para contar como é viver lá. Não só o conflito, as guerras, mas como é a vida naquele lugar. Como ninguém fala sobre isso. Como é que é a vida em Gaza? Pessoas se casando, indo ao cinema, passeando, surfando, se divertindo. E, claro, também a guerra. Eu tenho há muito tempo esse projeto. Em 2021, em Brasília, fui à embaixada da Palestina, tive uma reunião com o embaixador e falei para ele desse projeto. Dei a ele o livro da Síria, falei para ele da ideia de morar em Gaza por um tempo, e ele disse que o governo tinha interesse em me ajudar a ficar lá. Falei: “Ótimo. Vamos articular isso”. Mas, quando começou este conflito, há um ano e meio, eu perguntei a ele: “Será que a gente consegue agilizar a minha ida para Gaza?”. Eu queria

ir agora. Então ele disse: “Agora é impossível”. Sobre a Síria, eu tenho muita vontade de fazer a trajetória da guerra, de voltar a Homs como turista e também a trabalho. Tenho muita vontade de rever o presídio onde fiquei preso, ir lá na cela onde fiquei, quero ver tudo, sem ser naquela angústia toda. Porque tem uma coisa louca: era tão angustiante tudo que eu estava vivendo ali, que meu cérebro não conseguiu absorver tudo. Tem momentos que eu não consigo lembrar bem o que eu vi. Porque mesmo quando eu fui solto da prisão, eu não consegui me alegrar, porque ninguém me disse por que eu estava sendo solto. Eu achava que ia ser executado, porque eu fui solto um dia depois do meu visto de imprensa expirar e da minha passagem vencer. Eu pensei: “Eles me mantiveram preso até chegar o momento em que eu não tenho mais visto, a partir de hoje eu estou no país ilegalmente. Então, agora eles podem me matar e dizer: ‘Matamos porque pegamos uma pessoa sem visto, estava ilegal no país, matamos!’”. Então saí da prisão angustiado, não estava feliz. Me levaram para Damasco. Só lá é que me explicaram tudo. Fiquei aliviado quando soube que o governo do Brasil intercedeu junto ao governo sírio. Fiquei mais tranquilo, mas ainda assim, mesmo em Damasco, eu só conseguia sair do hotel com um funcionário do governo da Síria me acompanhando. Essa pessoa virou também

meu amigo, falo sobre ele no livro, o Fadi Maluf. Eu sempre achava que qualquer um era o homem que vinha me matar. Só fiquei realmente tranquilo quando veio um cônsul do Brasil na Síria me buscar no hotel onde estava, me colocou dentro de um carro da embaixada brasileira e me levou de Damasco até Beirute. Eu fiz uma viagem internacional, dentro de um carro da embaixada brasileira, para poder sair da Síria em segurança. Cara, é muito filme isso!

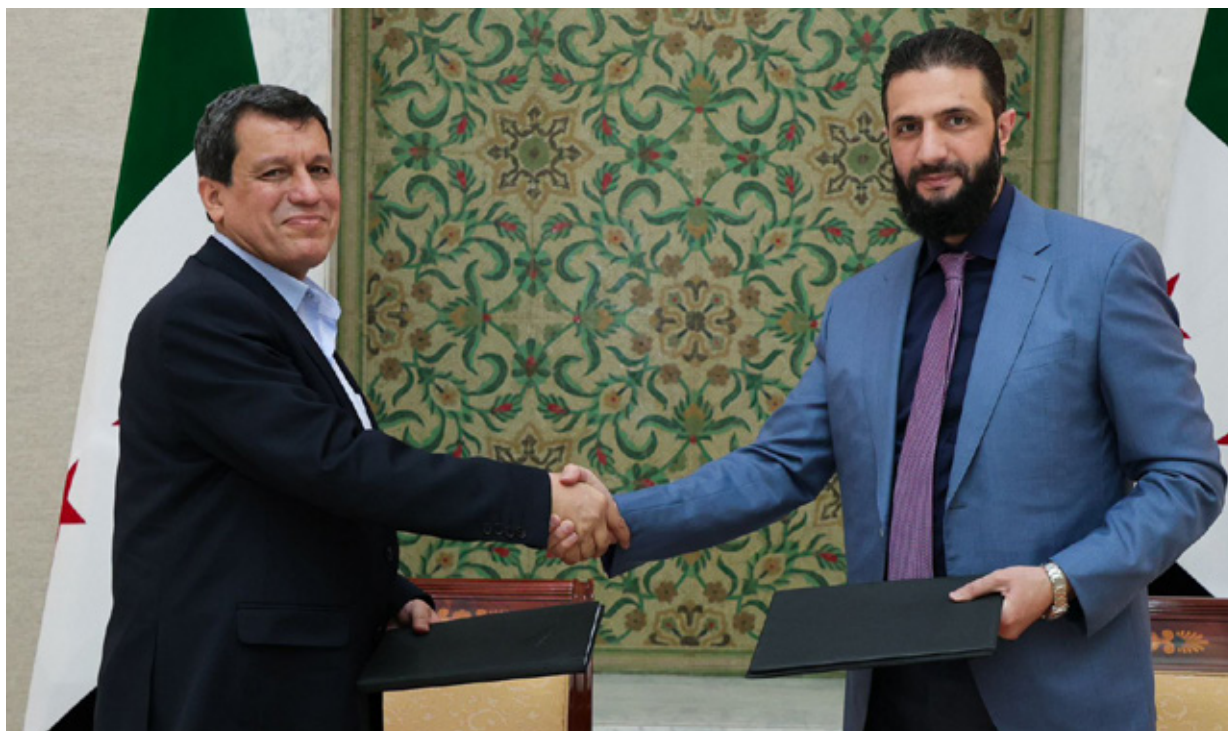
LS – Você, ao sair da prisão, dormia bem?

KC – Não tinha nem saído, dentro da prisão, na penitenciária, e já dormia bem... Eu fui preso numa tarde e a minha primeira noite, como detento, foi numa delegacia improvisada lá em Homs. Eu fiquei algemado num sofá... Você viu o filme *Ainda estou aqui*?

LS – Sim.

KC – Sabe aquela cena que ela está presa, sozinha, numa sala, e ouve torturas nas outras salas? Então, eu passei por isso a primeira noite. Eu estava numa sala, algemado ao sofá, um cara de olho em mim e eu ouvia, nas outras salas, gritaria e porrada. E eu pensei: “Eu vou morrer”. Essa noite eu não dormi, passei a noite em claro. Na manhã seguinte, disseram que eu seria solto, e me levaram para o presídio. Na primeira noite no presídio, eu não tinha dormido na noite anterior e dormi, acho,

“Fui preso, torturado, ameaçado de morte pelo governo dele. Eu fui para a Síria com visto de imprensa. Não cometi nenhum crime, eu estava lá legalmente. E, mesmo assim, passei por tudo aquilo”



WIKIMEDIA COMMONS

O presidente da Síria, Ahmad al-Sharaa (à direita), assinou uma declaração constitucional que estabelece um período de transição de cinco anos para o país

quatro horas. Eu conto isso no livro. Na segunda noite, dormi um pouco mais, já dormi cinco, seis horas. A terceira noite eu dormi oito horas. Eu acordei indignado, e pensei: “Eu não posso dormir bem, não posso me acostumar a fazer isso aqui, não posso aceitar isso”. Só que o ser humano se adapta a tudo.

LS – Mas essa foi uma das formas que você teve para conseguir ficar zen numa condição tão adversa.

KC – Eu estava numa cela pequena, acho que tinha uns 30 metros quadrados, e eram mais de 20 homens lá dentro. Então, na cela, eu dormia no chão, comia no chão. Você deve saber, no mundo árabe os homens fumam muito, o tempo todo. Em

nossa cela, sem exagero, tinha hora do dia que ficava uma nuvem de nicotina. Você via a nuvenzinha, a poeira de nicotina. E eu não fumo. Quando fui solto, me levaram para um hotel, um quarto grande, uma cama enorme, um banheiro maravilhoso, boa banheira, frigobar abastecido. A água na prisão tinha um gosto péssimo. Eu tomo muita água, mas no presídio eu segurava a sede ao máximo, só em última instância, porque era muito ruim. O chefe da prisão me proibiu de tomar banho, por pura maldade. No hotel tinha o frigobar abastecido, cheio de água, refrigerante, snacks, chocolate, salgadinho. Assim que cheguei no quarto, a primeira coisa que fiz foi tirar minha roupa, eu tinha passado seis dias com

a mesma roupa... Tirei a roupa e fui tomar um banho, estava delicioso, sabonete, xampu, aquele chuveirão... Quando eu saí do banheiro, o quarto inteiro cheirava cigarro da minha roupa. Eu peguei a roupa, coloquei no saco plástico e fechei. Pedi uma comida e pensei: ontem estava na prisão e agora, poucas horas depois de ser solto, estava em uma situação com todo conforto, comida boa, um refrigerador cheio de água, chocolate, salgadinho, a cama gigante só para mim... Enquanto isso, meus amigos na prisão em Homs. Mais tarde fui com um amigo da embaixada a um restaurante, e veio um filé no ponto perfeito, com legumes no vapor no ponto certo. Eu pensei: essa vida é louca. ■

Dias infernais: o que enfrentam e narram os jornalistas em zonas de guerra

Em nova edição de seu livro, Klester Cavalcanti revive traumas e aprofunda reflexões sobre o conflito na Síria, a ascensão de novos grupos extremistas e os desafios do país após décadas de ditadura

por PAULA SAVIOLLI

“PELA PRIMEIRA VEZ NA VIDA, TIVE CERTEZA DE QUE IRIA MORRER”, escreve o reconhecido repórter Klester Cavalcanti em seu livro *Dias de inferno na Síria: O relato do jornalista brasileiro que foi preso e torturado em plena guerra*, ganhador do prêmio Jabuti de Melhor Livro-Reportagem, em que conta sobre os dias conturbados que passou no país em 2012. De maneira independente, desafiou as autoridades ao ir a Homs, o epicentro da guerra civil iniciada em 2011 e estopim da Primavera Árabe, onde a instabilidade e o caos persistem até hoje, mesmo após a queda de Bashar al-Assad no fim de 2024. O objetivo era trazer ao público brasileiro uma visão ainda nebulosa: o cotidiano dos moradores das cidades mais afetadas pelos confrontos entre os rebeldes e o regime então regente. Neste ano, a obra foi relançada, incorporando novas reflexões sobre o contexto local e mundial após o fim da ditadura que dominou o território sírio por mais de 50 anos.

Klester sempre teve o sonho de cobrir uma guerra no Oriente Médio. Quando estourou a invasão militar no Iraque em 2003, tentou, mas não conseguiu ir. Foi em 2012, na Síria, que a oportunidade veio, onde as condições para o trabalho da imprensa se deterioraram gravemente com a evolução do conflito. As mortes de Marie Colvin, correspondente estadunidense do *Sunday Times*, e de Remi Ochlik, fotojornalista francês, em um ataque de míssil a um centro de imprensa improvisado em Homs nesse mesmo ano, anunciavam os perigos que viria a enfrentar.

O governo sírio limitava e monitorava de perto a movimentação da mídia. O visto era obrigatório e os meios de transporte, escassos e controlados. Muitos dos jornalistas estrangeiros recorreram a artimanhas para chegar aos locais mais expressivos da guerra, a maioria através das fronteiras com a Turquia e o Líbano. Foi o caminho que Cavalcanti escolheu.

Ao chegar à Síria, com um visto de imprensa em mãos, Cavalcanti planejou ir de Damasco para Homs para encontrar uma fonte. No tra-

jeto do ônibus, foi parado por uma barreira militar. Sem direito a reação alguma, foi preso e torturado por seis dias. Ficou em uma cela com mais 20 presos, sendo o único estrangeiro. A tortura psicológica era constante e os encarcerados ficavam diversas vezes sob a mira de armas ameaçando disparo. A única coisa que quebrava o silêncio e o vazio da guerra era o som de tiros e explosões e os gritos ferozes em árabe dos militares.

Um telefonema aparentemente confirma ao bando que tinham apreendido ali um jornalista. A partir daí, Klester narra sua saga até a sua liberação com a intervenção do governo brasileiro, envolvendo fuzis na nuca, delegacia, horas sem dormir e coerção para assinar documentos desconhecidos até chegar no cenário atual após a queda da dura e sangrenta dominação dos Assad. A nova edição destaca a ascensão do grupo extremista Tahrir al-Sham e o risco de uma imposição rigorosa da Sharia, o sistema jurídico do Islã, especialmente contra os direitos das mulheres, refletindo sobre as incertezas do futuro sírio.

Não é só na região que a cobertura de conflitos vem se tornando mais perigosa nos últimos anos. Dados do Comitê de Proteção a Jornalistas (CPJ) confirmam: desde 1992, quase 1.670 profissionais – incluindo repórteres, fotojornalistas e cinegrafistas – tiveram mortes em situações de combate e de atividades perigosas. Os anos de 2023 e 2024 foram os mais letais, em decorrência das guerras israelo-palestina e russo-ucraniana. Na Síria, por exemplo, em duas décadas antes de 2011, o CPJ não tinha documentado uma única morte de jornalista no país – agora, são mais de 140 fatalidades. A instituição investiga e registra somente as mortes confirmadas – a realidade pode ser ainda mais bárbara.

Os números igualmente difíceis de calcular são os que foram impactados mentalmente. Os desafios psicológicos são significativos, dados os riscos enfrentados, a alta mortalidade e o aumento do risco de desenvolver transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e depressão. E, mesmo assim, continuam a ir várias vezes para em direção ao perigo. É sobre o que trata o livro *Depois do front: Os traumas psicológicos dos jornalistas que cobrem conflitos*, de coautoria de quem aqui escreve e de Giuliana Tenuta.

Muitos dos profissionais acreditam que aguentar tudo isso é parte do fazer jornalístico como observadores indiferentes e impassíveis, sem se deixarem afetar emocionalmente e que não deveriam ter qualquer papel nas histórias que apuram e relatam, quem dirá protagonismo. Isso pode acabar estimulando a ignorar sintomas de estresse e gerando uma cultura de silêncio. Anthony Feinstein, neuropsiquiatra e professor de psiquiatria na Universidade de Toronto, autoridade no estudo dos efeitos psicológicos em jornalistas de guerra,

inclui que a admissão de sofrimento emocional em profissão como essa ainda é temida como um sinal de fraqueza e uma deficiência na carreira.

Os resultados da pesquisa de Feinstein mostram que 28,6% dos jornalistas que cobrem conflitos são diagnosticados com TEPT, semelhante às taxas relatadas para veteranos de combate e maiores que as dos policiais. A incidência de depressão maior foi de 21,4%, superior à da população em geral. Além disso, estão continuamente em risco de trauma de secundário, por meio do que ouvem e veem de outros, e sofrem, muitas vezes calados, de sintomas traumáticos, tais como flashbacks, pesadelos, ataques de raiva e hostilidade, além de pensamentos autodestrutivos.

Qualquer um que esteja dentro de uma zona de conflito – cidadãos, soldados, militantes, repórteres – suporta uma intensa e prolongada exposição ao terror e a perdas. A diferença é que os correspondentes trabalham como “testemunhas profissionais”, orientados a ver, ouvir e sentir o cheiro do conflito, para retratar tudo isso em palavras e imagens. Entretanto, em diferentes níveis e de maneira particular, todas as pessoas envolvidas em eventos traumáticos têm algum tipo de reação relacionada ao estresse. A resposta pode ser mínima, degradante, positiva, negativa. Klester, em entrevista para a autora, reflete que a experiência que teve na Síria acabou tornando o saldo positivo. “As coisas boas que vivi foram mais fortes do que as ruins. No final, eu voltei”, pontua. ■

PAULA SAVIOLLI é jornalista formada e pós-graduada em jornalismo pela ESPM-SP. Atua na liderança de estratégia digital da Edelman Brasil. Coautora do livro *Depois do front: os traumas psicológicos dos jornalistas que cobrem conflitos*, da Editora Reflexão.



DIAS DE INFERNO NA SÍRIA

Klester Cavalcanti

Editora Matrix

Ano de publicação: 2025

264 páginas



DEPOIS DO FRONT

Paula Saviolli e Giuliana Tenuta

Editora Reflexão

Ano de publicação: 2017

144 páginas

Mundo está em uma **nova corrida armamentista**, sem prazo para terminar

O RELATÓRIO MILITARY BALANCE 2025, lançado pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS) em Londres, mostra que a dinâmica atual dos gastos militares no mundo vem em aumento contínuo e deve seguir em viés de alta. O estudo revela que, nos últimos anos, houve um crescimento nos investimentos em armamento e a expectativa é que essa tendência se intensifique ainda mais nos próximos anos, em resposta às mudanças nas estratégias de defesa dos Estados Unidos. Em especial, a Europa deverá mais que dobrar o percentual de seu PIB dedicado a gastos militares.

O IISS destaca que, em 2024, a complexidade do ambiente internacional de segurança se tornou evidente. Países não apenas implementaram novas capacidades, mas também revisaram suas prioridades de equipamentos. Além de investirem mais em defesa, passaram a considerar a segurança de suprimentos, a capacidade industrial de defesa e a resiliência da sociedade.

No Oriente Médio, o colapso do regime de Assad na Síria marcou um ano de significativas mudanças, enquanto a guerra de Israel contra o Hamas e as ações contra o Hezbollah em Lebanon restringiram a influência do Irã na região. Contudo, a ameaça persistente dos Houthis no Iêmen ainda afeta a segurança marítima no Mar Vermelho.

Na Europa, a preocupação com a Rússia não se limita às ameaças militares convencionais, mas se estende à desinformação e atividades cibernéticas, além de ameaças às cadeias de suprimentos. No 75º aniversário da Organização do Tratado Atlântico do Norte (Otan), a adesão de dois novos membros nórdicos fortaleceu a Aliança, incorporando novas capacidades militares.

Em relação aos gastos globais, os Estados Unidos continuam sendo o campeão mundial, com um orçamento militar que ultrapassa US\$ 1 trilhão, seguidos pela China com US\$ 235 bilhões e pela Rússia com US\$ 146 bilhões. Desde a invasão da Ucrânia em 2022, a Rússia triplicou seus gastos, refletindo sua ambição militar na região. A despesa militar na Europa cresceu 50% na última década, uma tendência acentuada após o início do conflito na Ucrânia, embora ainda haja preocupações sobre a prontidão das forças europeias diante da capacidade de ataque da Rússia.

Fenella McGerty, analista de orçamentos militares do IISS e uma das autoras do relatório, destaca que, embora o crescimento nos gastos esteja em alta, sustentar esse aumento será um desafio, devido à limitação fiscal. Ao lado, transcrevemos parte de uma entrevista com McGerty, oferecendo insights sobre a situação atual.

ENTREVISTA COM FENELLA MCGERTY, IISS

Como você descreveria a tendência de gastos mundiais em defesa nos últimos dez anos?

FENELLA MCGERTY: Vimos várias regiões aumentarem os gastos, especialmente após a anexação da Crimeia em 2014, que catalisou esforços na Europa. O Oriente Médio também experimentou aumentos significativos, impulsionados especialmente pelos gastos de Israel.

Parece que a tendência de aumento de gastos é mais antiga do que os eventos recentes, como a guerra na Ucrânia, certo?

MCGERTY: Sim, as motivações para o aumento estavam presentes antes da invasão da Ucrânia, e as nações estão finalmente reorientando seus orçamentos de defesa após anos de subinvestimento.

Quais países ou regiões estão mais propensos à violência fora do Oriente Médio e da Ucrânia?

MCGERTY: O crescimento é evidente em inúmeras regiões, mas a sustentabilidade desse aumento é incerta. Muitos países europeus enfrentam limitações fiscais que podem impedir aumentos contínuos.

Qual é a principal preocupação, gasto com pessoal ou com equipamento?

MCGERTY: A tendência tem sido direcionar investimentos para equipamentos, mas muitos países, especialmente na América Latina, ainda têm um orçamento muito voltado para pessoal. Na Europa, há um reconhecimento da necessidade de equilibrar esses gastos para manter a prontidão militar.



Uma teoria da mídia para entender Trump e os últimos 15 anos da política

QUEM QUER SABER MAIS sobre as dinâmicas políticas contemporâneas nos Estados Unidos (que influenciam o planeta) precisa ouvir o podcast *The Ezra Klein Show*, do *New York Times*. E, entre todos, um episódio especialmente interessante é aquele chamado *Uma Teoria da Mídia que Explica 15 anos de Política* (*A Theory of Media That Explains 15 Years of Politics*). O jornal publicou em seu site uma transcrição do programa, sob o mesmo título.

Ezra Klein é um renomado jornalista e colunista do *New York Times*, conhecido por suas análises sobre política e sociedade. Ele cofundou o site de notícias explicativas *Vox* e é um influente comentarista sobre política dos Estados Unidos.

Nesse episódio, Klein entrevista Martin Gurri, ex-analista de mídia da CIA, que discute como as mídias sociais e a internet mudaram fundamentalmente a relação do público com as instituições e o poder. Gurri explora em profundidade como essas mudanças impactaram a política

nos últimos anos. Ele menciona que, durante a ascensão de Donald Trump em 2016, descreveu em seu livro *The Revolt of the Public* como a internet revolveu a capacidade de controlar narrativas.

“A habilidade de controlar o relato se foi”, afirma Gurri. Ele argumenta que o excesso de informação gerou desconfiança nas instituições, resultando em uma erosão de confiança sem precedentes, um fator determinante em muitos eventos políticos recentes.



Um ponto central da discussão é a teoria de que “a natureza do fluxo de informações cria uma pressão constante pela desconfiança”, levando a uma dinâmica em que os opostos políticos se alternam rapidamente. “O populismo da direita surge como uma resposta ao establishment, que, por sua vez, gera reações dessa direita.” A análise de Gurri evidencia uma série de eventos em que a ruptura vem de um ciclo contínuo de contestação e resistência.

Gurri também observa que o surgimento de políticos como Trump é resultado das tensões provocadas por esse novo ambiente informativo. “O que aconteceu nos últimos anos reflete uma revolta tanto do público quanto das elites”, conclui ele.

A conversa de Klein com Gurri oferece uma perspectiva instigante sobre as complexidades da política atual e a interação entre as mídias digitais e as estruturas de poder, desafiando os ouvintes a refletir sobre como esses fatores moldam a sociedade contemporânea.

Para entender as novas encruzilhadas da Alemanha

DIANTE DE UMA ELEIÇÃO em que a extrema-direita foi a segunda força mais votada na Alemanha, o jornal *Financial Times* publicou (como costuma fazer em momentos críticos desse tipo) uma seleção de livros úteis para compreender a atual situação política e social do país.

As obras abordam desde a história do país até questões contemporâneas e suas implicações. Aqui está um resumo das recomendações:

1. **A History of Germany 1918-2020: The Divided Nation**

(Mary Fulbrook, Wiley-Blackwell)

Este manual abrangente de história moderna alemã traz uma visão equilibrada sobre os eventos que moldaram a identidade do país desde a República de Weimar até a era Merkel. Fulbrook analisa as tendências culturais, sociais e políticas que caracterizaram o século 20 e oferece contextos atualizados sobre a República de Berlim.

2. **Kaput: The End of the German Miracle**

(Wolfgang Münchau, Swift Press)

Uma análise crítica e incisiva do modelo econômico da Alemanha, Münchau explora as fragilidades do país, desde sua excessiva dependência de exportações até a situação das suas instituições financeiras. A obra é descrita como uma desconstrução eloquente, que desafia a ideia de que o modelo alemão é sempre estável e eficaz.

3. **Freedom: Memoirs 1954-2021**

(Angela Merkel, Macmillan/St Martin's Press)

As memórias da ex-chanceler defendem suas contribuições para a política alemã, apesar das críticas sobre sua gestão. Embora a narrativa possa soar autossuficiente, a obra retrata sua trajetória impactante e reforça os valores liberais em tempos de crescente incerteza.

4. **Germany's Russia Problem: The Struggle for Balance in Europe**

(John Lough, Manchester University Press)

Lough apresenta uma visão crítica da relação complexa entre Alemanha e

Rússia, abordando as falhas da política externa alemã. O livro é particularmente relevante à luz dos recentes eventos que moldaram as dinâmicas de poder na Europa, oferecendo uma análise perspicaz antes da invasão da Ucrânia.

5. **Money Men: A Hot Start-Up, a Billion-Dollar Fraud, a Fight for the Truth**

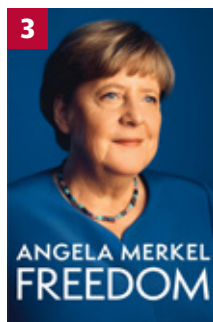
(Dan McCrum, Penguin)

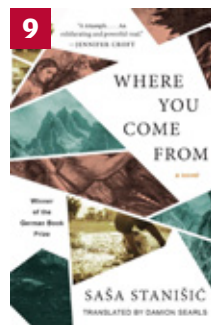
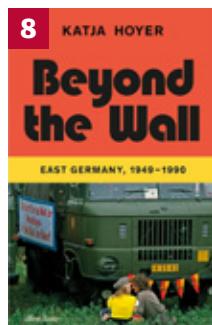
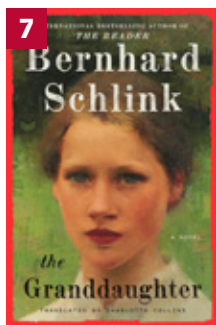
McCrum narra a ascensão e a queda da Wirecard, uma fintech que era considerada um grande exemplo de inovação do mercado alemão e faliu em 2020 com um rombo de 2 bilhões de euros. A partir da história, o autor levanta questões sobre a fraqueza do sistema financeiro alemão e oferece uma visão sobre os riscos associados ao setor tecnológico e financeiro, ilustrando o que pode dar errado em um ambiente competitivo.

6. **Kairos**

(Jenny Erpenbeck, Granta)

Este romance premiado explora um relacionamento amoroso nos últimos dias da Alemanha Oriental, trazendo





uma perspectiva única das realidades pessoais e das divisões geracionais diante das mudanças políticas drásticas.

7. The Granddaughter

(Bernhard Schlink, Weidenfeld & Nicolson/HarperCollins)

Seguindo a história familiar em meio às tensões do passado e do presente, Schlink apresenta uma narrativa que navega entre a Berlim Oriental dos anos 1960 e a cena neonazista atual, destacando o impacto histórico na identidade contemporânea.

8. Beyond the Wall: East Germany 1949-1990

(Katja Hoyer, Allen Lane)

A obra de Hoyer investiga a vida cotidiana na antiga Alemanha Oriental, oferecendo uma análise acessível das forças culturais e políticas que moldaram a região, além de esclarecer as persistentes divisões na Alemanha atual.

9. Where You Come From

(Saša Stanišić, Jonathan Cape)

Um relato autobiográfico que

aborda questões de imigração e pertencimento através dos olhos de um refugiado da ex-Iugoslávia. Stanišić explora a experiência do imigrante e as complexidades da identidade em um contexto contemporâneo e numa Alemanha crescentemente exposta à xenofobia.

ESTES LIVROS OFERECEM diferentes ângulos sobre os problemas que a Alemanha enfrenta hoje e os desafios que seu novo governo tem pela frente. Para completar um número redondo, o colunista indica um décimo livro que narra episódio propositalmente esquecido da história do pós-Segunda Guerra Mundial, quando as grandes potências acertaram realizar uma das maiores limpezas étnicas da história recente do mundo: a expulsão das populações de origem germânica de todos os países da Europa do Leste, uma espécie de vingança oficial dos vencedores da guerra contra o nazismo que supostamente buscavam impedir que no futuro algum outro líder alemão voltasse a reivindicar a posse dos territórios ocupados por

populações de língua germânica, como Hitler fizera com os Sudetos (área da Tchecoslováquia que a Alemanha ocupou depois do Tratado de Munique, em 1936).

10. Orderly and Humane: The Expulsion of the Germans after the Second World War

(R.M. Douglas, Hardcover, 8 Jun. 2012)

Este livro fornece uma análise abrangente e objetiva da expulsão forçada de milhões de falantes de alemão após a Segunda Guerra Mundial. Com base em registros arquivados dos países envolvidos e das organizações humanitárias, Douglas detalha a magnitude da tragédia, que resultou na deslocação de 12 milhões a 14 milhões de civis, majoritariamente mulheres e crianças, com perdas horribéis e relatos de sofrimento. A obra aborda um aspecto delicado da história europeia, detalhando como as expulsões foram planejadas e executadas e como essa história ainda ressoa na Europa Central de hoje, evidenciando um dos maiores episódios de “limpeza étnica” registrados.

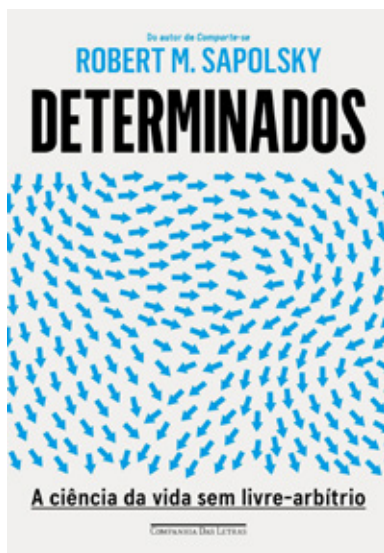
Não existe livre-arbítrio. Somos sempre “determinados”, diz Robert Sapolsky

TUDO QUE UM SER HUMANO FAZ é determinado por heranças da espécie, da cultura, da família, de sua história ou mesmo nos dias recentes. Não existe livre-arbítrio. Essa é a afirmativa central do neurocientista norte-americano Robert Sapolsky em seu novo e polêmico livro, *Determinados*, recém-lançado no Brasil.

Quando você escolhe entre sorvete de chocolate ou de baunilha, quando opta entre carro próprio, táxi ou ônibus, todas as escolhas têm razões preexistentes. Ao conhecer uma nova pessoa, no primeiro milésimo de segundo, cria-se uma opinião que se fundamenta na experiência acumulada de sua espécie, nos padrões herdados de seus antepassados e nas influências de sua própria educação. Não é possível escapar dessa estrutura que vale também para decisões de negócios ou de romances.

Em sua obra, Sapolsky explora como até mesmo os ambientes ao nosso redor podem impactar nossas decisões, levando a reações que nem sempre percebemos. Ele explica: “Esses são estudos clássicos em que você coloca alguém em uma sala e faz perguntas sobre suas visões políticas e questões sociais ou

SAPOLSKY LANÇA LUZ SOBRE AS COMPLEXIDADES DA LIBERDADE INDIVIDUAL, AO MESMO TEMPO QUE NOS LEVA A REAVALIAR A MANEIRA COMO ENTENDEMOS NOSSAS AÇÕES E RESPONSABILIDADES



DETERMINADOS – A CIÊNCIA DA VIDA SEM LIVRE-ARBÍTRIO

Robert M. Sapolsky
Companhia das Letras
544 páginas
R\$ 119,90

econômicas, geopolíticas. Em seguida, coloca a pessoa em uma sala com um cheiro terrível de lixo e (...) as pessoas se tornam mais socialmente conservadoras porque inconscientemente sentem uma sensação de nojo do cheiro”.

Sapolsky, autor de livros provocativos como *Por que as Zebras Não Têm Úlcera?* e *Memórias de um Primata*, é amplamente reconhecido como um dos cientistas mais influentes das ciências humanas nos Estados Unidos. Seu trabalho ganhou

destaque, incluindo uma bolsa da Fundação MacArthur, destinada a “gênios” da contemporaneidade. Suas aulas na Universidade de Stanford e suas palestras disponíveis no YouTube atraem grandes plateias, refletindo o interesse por suas ideias inovadoras.

No novo livro, ele também discute a origem da criatividade. Segundo Sapolsky, até mesmo as invenções e ideias de gênios como Leonardo da Vinci ou Albert Einstein estão, de certa forma, determinadas por experiências passadas e contextos culturais, afirmando que “de onde vem a criatividade dessa criatividade, sempre apenas uma nova recombinação de peças que existiam antes”. Ele ainda acrescenta: “Nada vem do nada. Há uma explicação para o motivo pelo qual você acabou sendo o tipo de pessoa que pensaria sobre tempo e espaço de um modo diferente”.

Durante a conversa, propus a Sapolsky uma metáfora bíblica distinta, considerando seu uso frequente deste tipo de analogia em suas obras. Perguntei, afinal, Jesus Cristo teria livre-arbítrio? Sua resposta foi contundente e bem-humorada: “Nem em um bilhão de anos, vou tentar dar uma resposta a essa pergunta. Não, obrigado. Não, não, nunca. Eu não quero chegar perto”.

A abordagem de Sapolsky lança luz sobre as complexidades da liberdade individual, ao mesmo tempo que nos leva a reavaliar a maneira como entendemos nossas ações e responsabilidades. Em uma era onde o debate sobre livre-arbítrio e determinismo se intensifica, *Determinados* se apresenta como uma leitura provocativa e instigante.

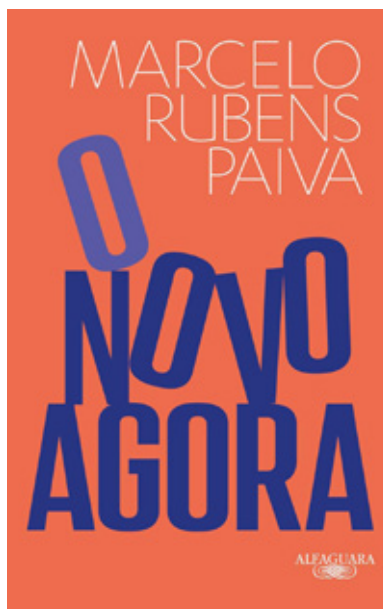
O Novo Agora, de Marcelo Rubens Paiva, autor de *Feliz Ano Velho* e *Ainda Estou Aqui*

EM 2014, QUANDO O GOLPE MILITAR de 1964 completava 50 anos, a Câmara dos Deputados decidiu inaugurar um busto do deputado Rubens Paiva, homenageando sua luta pela democracia e sua morte prematura sob tortura durante a ditadura. Toda a família de Paiva compareceu ao evento e, durante o discurso de uma das filhas, ocorreu uma cena inesperada e deplorável. O então deputado Jair Bolsonaro, acompanhado de um grupo de seguranças, interrompeu a cerimônia com gritos ofensivos, afirmando que “Rubens Paiva teve o que mereceu, comunista desgraçado!”. Ao passar pelo busto, ele cuspiu na imagem do deputado, um ato que simbolizou uma afronta não apenas à memória de Paiva, mas também à luta pela democracia.

Ao longo de sua vida, Bolsonaro sempre revelou uma obsessão peculiar por Paiva. Ambos foram criados em localidades próximas no município de Eldorado Paulista, no Vale do Ribeira. Enquanto Bolsonaro era filho de uma família pobre de imigrantes italianos, a família de Paiva era proprietária de uma grande fazenda. Na mesma região, o capitão Carlos Lamarca iniciou sua rebelião armada contra a ditadura.

Com seu conservadorismo extremo, Bolsonaro confundiu tudo. Ele afirma que Lamarca iniciou seu foco guerrilheiro na fazenda de Paiva e alega que lutou contra a guerrilha (ele era apenas uma criança e provavelmente ouviu sobre o assunto apenas em casa).

A cusparada de Bolsonaro antecipou o que poderia ser sua trajetória nos anos



O NOVO AGORA

Marcelo Rubens Paiva
Alfaguara
272 páginas
R\$ 79,90

seguintes, incluindo seu voto a favor do impeachment de Dilma Rousseff, que foi uma homenagem ao homem que a torturou durante seu período de prisão política na ditadura, e seu dia a dia como presidente, sempre flertando com a ideia de uma volta à ditadura.

O episódio é uma das histórias contadas no recém-lançado *O Novo Agora*, de Marcelo Rubens Paiva, que dá continuidade às memórias narradas em

Feliz Ano Velho (1982), seu livro de estreia e um dos maiores best-sellers da história do Brasil, e em *Ainda Estou Aqui* (2015), que foi adaptado para o cinema sob a direção de Walter Salles Jr. e recebeu o Oscar. Menos lembrado, Marcelo também escreveu *Não És Tu, Brasil* (1996), em um momento de reflexão sobre a situação do país e o trauma familiar que levou os cinco filhos de Rubens Paiva a morar no exterior (desde então, Marcelo e duas irmãs voltaram a residir no Brasil).

Em *O Novo Agora*, assim como em suas obras anteriores, Marcelo Rubens Paiva intercala memórias e acontecimentos familiares para discutir a paternidade. Escritor, pai após os 50 anos, cadeirante e considerado um inimigo pelo governo Bolsonaro, Marcelo descreve o período de dez anos entre o nascimento de seu filho mais velho, no mesmo ano da cusparada de Bolsonaro, e a estreia de *Ainda Estou Aqui* no Festival de Veneza, dez anos depois.

Nas obras anteriores, ele aborda o acidente que o deixou em uma cadeira de rodas aos 20 anos, o desaparecimento do pai, Rubens, durante a ditadura militar, e a luta da mãe, Eunice, para cuidar sozinha dos cinco filhos, tornando-se defensora dos direitos indígenas e, por fim, enfrentando o Alzheimer. Desta vez, em *O Novo Agora*, é o próprio Marcelo quem está no papel de pai.

Além de suas memórias, Marcelo é um escritor prolífico, com cerca de cinquenta obras, incluindo livros de ficção e não ficção, peças de teatro e roteiros de cinema.

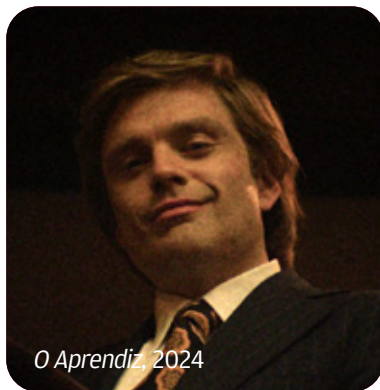
Dois filmes para entender Trump

PARA QUEM BUSCA UMA ANÁLISE sobre as influências que moldaram a figura pública de Donald Trump, dois filmes são fundamentais: *O Aprendiz* (2024) e *Citizen Cohn* (1992).

O Aprendiz é um drama biográfico que explora como um jovem Donald Trump construiu seu império nos anos 1970 e 1980 sob a orientação do polêmico advogado Roy Cohn. O filme, escrito por Gabriel Sherman e dirigido por Ali Abbasi, enfrentou controvérsias e desafios legais para sua distribuição. Usando o nome do reality show que tornou Trump um personagem conhecido entre as massas, o filme estreou nos cinemas dos Estados Unidos em outubro de 2024 e já gerou discussões acaloradas devido à sua representação de aspectos controversos da vida do presidente, incluindo suas interações pessoais e problemas éticos.

A obra mostra como o jovem Trump se aproximou de Roy Cohn, que foi o braço direito do senador Joseph McCarthy na comissão de assuntos antiamericanos do Senado, a famosa “comissão que se dedicou à caça às bruxas”. Após a perda de poder da comissão e o ostracismo político de McCarthy e Cohn, o advogado passou a operar nas sombras, mantendo relações fundamentais com figuras como Richard Nixon, Ronald Reagan e, claro, Donald Trump, todos marcados pelo anticomunismo.

Como mencionado pelo site Variety, *O Aprendiz* reflete “um sistema, a representação do sistema americano, a corrupção



REPRODUÇÃO

inerente que permitiu que pessoas como Roy Cohn navegassem livremente e puxassem as alavancas do poder conforme desejassem”. Com atuações notáveis de Sebastian Stan e Jeremy Strong, o filme oferece uma visão intrigante sobre a formação da personalidade de Trump em meio ao jogo político. Trump, por sua vez, não hesitou em desferir críticas ao filme, descrevendo-o como “uma pilha de lixo”



REPRODUÇÃO

e atacando seu escritor, Gabriel Sherman, como um “*lowlife* e um *hack* talentoso”.

Além de *O Aprendiz*, vale a pena conhecer a trajetória de Roy Cohn narrada no filme *Citizen Cohn*. Produzido para a televisão em 1992, o longa aborda a vida do advogado controverso e sua desproporcional influência na política americana. O filme abrange a vida de Cohn desde a infância até seu papel central nas audiências do Senado como o braço direito de McCarthy, além de seu eventual descrédito antes de sua morte em 1986. Cohn é conhecido por ser o teórico da ideia de “atacar, atacar, atacar”, uma estratégia que Trump seguiu rigorosamente ao longo de sua carreira política. A produção explora não apenas a homossexualidade velada de Cohn, mas também suas interações com figuras proeminentes, incluindo Ronald Reagan e Donald Trump.

Conforme destaca o livro de Nicholas von Hoffman, que inspirou o filme, Roy Cohn foi “talvez a personalidade mais ousada e o oportunista mais irredutível de nosso tempo”, reconhecendo a profundidade de seu impacto nas instituições que moldaram a política americana.

Os dois filmes oferecem uma lente importante para entender as raízes do comportamento e da retórica atuais, apresentando ao espectador elementos que vão além da superfície das personalidades em foco. *O Aprendiz* e *Citizen Cohn* são filmes essenciais para refletir sobre a interseção entre poder, imagem pública e a influência duradoura de figuras controversas na sociedade.

LEÃO SERVA é professor de ética jornalística do curso de Jornalismo da ESPM, autor de *A Fórmula da Emoção na Fotografia de Guerra* (Sesc, 2020) e diretor internacional de jornalismo da TV Cultura, baseado em Londres.



SE DEPENDER DA GENTE, A **COMUNICAÇÃO DO FUTURO** JÁ COMEÇOU.

Em um mundo que evolui a cada clique, a ESPM lidera a educação em jornalismo, oferecendo não apenas um curso, mas uma jornada através da comunicação moderna. Conheça o curso de Jornalismo da ESPM, agora com microcertificações inovadoras que colocam os estudantes à frente do mercado:

- » Comunicação, Mídia e Organizações
- » Jornalismo de Esportes
- » Jornalismo e Cobertura do Meio Ambiente
- » Produção Audiovisual Não Ficcional para Streaming



ESPM-RIO 50

TRADIÇÃO DE MARAVILHOSA PARA MARAVILHOSA

Há 50 anos, a ESPM-RIO escreve histórias maravilhosas.

Uma jornada alinhada com a **economia criativa** e dedicada a **transformar a vida e a carreira** de milhares de estudantes, egressos, líderes, profissionais, professores, colaboradores e toda a comunidade ESPM.

Impactamos o mercado local, nacional e global nas áreas de comunicação, marketing, negócios, inovação e tecnologia.

Nossa trajetória é marcada pela **autoridade em marketing**, por desafios superados e conquistas alcançadas. E nosso *campus*, o Glória-Villa Aymoré, é prova disso, imprimindo nosso **DNA de tradição e modernidade** no espaço mais charmoso da Cidade Maravilhosa.

Estamos prontos para os próximos 50 anos! E você? Vem com a gente?



ESPM
O INUSITADO EM
CONSTANTE MOVIMENTO